

25 DE ABRIL

OS DIAS DA REVOLUÇÃO NA IMPRENSA PORTUGUESA



LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL

40 anos de Abril, 40 páginas dedicadas ao aniversário da Revolução dos Cravos. Numa parceria entre o *Expresso* e a Câmara Municipal de Lisboa, através da sua Hemeroteca Municipal, pretende-se com esta publicação visitar os ecos da Revolução de 25 de Abril de 1974 nos jornais da época, ainda que num exercício circunscrito aos principais títulos nacionais e regionais já desaparecidos de circulação. Convidamos, portanto, os leitores do *Expresso* a relerem as primeiras páginas dos dias 25 e 26 de abril, no caso dos matutinos e vespertinos, ou as primeiras edições que os semanários, humorísticos e noticiosos, dedicaram ao Movimento das Forças Armadas – nalguns casos, as edições integrais desses mesmos diários

ou semanários podem ser lidas na Internet, uma vez que a Hemeroteca Municipal de Lisboa procedeu à sua digitalização, estando agora disponíveis em linha na Hemeroteca Digital: hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/. Mas também os convidamos para um mergulho mais profundo na história do jornalismo em Portugal nos anos revolucionários de 74 a 76. Desse salto no passado ressaltarão, logo à primeira vista, os diferentes olhares jornalísticos, a participação ativa da imprensa escrita na luta política que marcou decisivamente a Revolução de Abril, com repercussões profundas na propriedade dos jornais, na sua orientação ideológica e, conseqüentemente, no discurso jornalístico oferecido e consumido pelo público; finalmente, o aparecimento de novos títulos, com um jornalismo mais independente, analítico, ou a consolidação de projetos jornalísticos que vinham de trás, como o *Expresso*, nascido um ano

antes, como pronuncio da libertação. Propondo-se “contribuir para que se alcance em Portugal a liberdade de informação: liberdade de informar e de ser informado”, o *Expresso* dava o mote para o jornalismo escrito que iria acompanhar e ajudar à normalização institucional e democrática de Portugal. Esta edição é também uma homenagem aos repórteres da escrita e da imagem que vieram para a rua nas primeiras horas de 25 de Abril de 1974 e foram relatando a jornada emocionante em que um golpe de Estado militar, se foi convertendo pelo povo na rua numa Revolução. Foram as primeiras linhas e as primeiras fotos em liberdade e que foram libertando o País. Pela primeira vez a Revolução não chegou ao País por telégrafo, mas pelas páginas dos jornais, as ondas da rádio e as imagens da TV. Assim chegou a Revolução a todos nós. Lisboa, 25 de abril de 2014

Francisco Pinto Balsemão

Fundador do *Expresso*

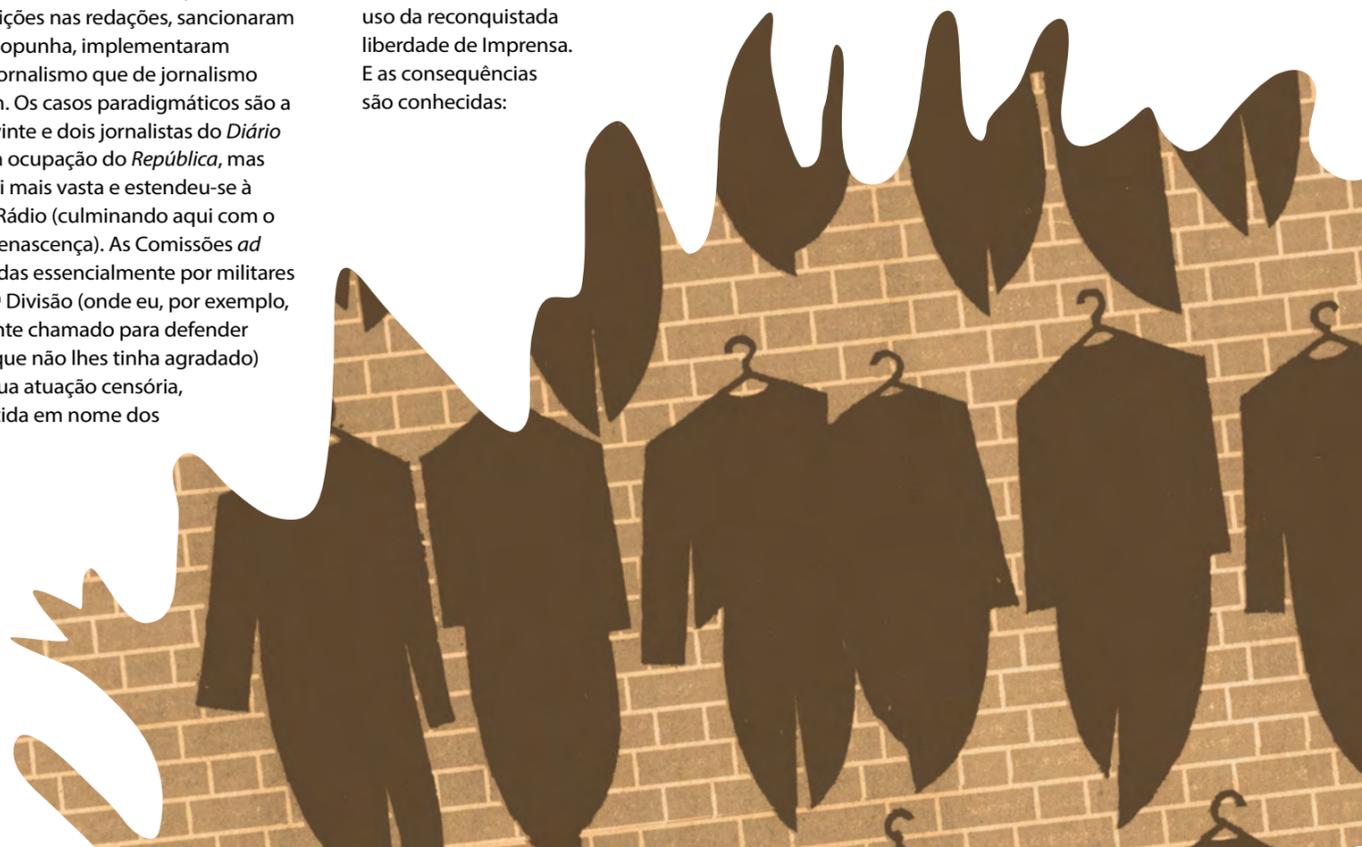
e presidente da holding Impresa, SGPS, SA.

Na manhã do dia 27 de abril de 1974, no Palácio da Cova da Moura, assisti a um inolvidável espetáculo de súbita e total conversão democrática. Os diretores dos principais jornais haviam sido chamados pelo MFA para uma reunião onde se iria falar sobre a recém-adquirida liberdade de informação, e como seria exercida. Com duas exceções, todos os outros presentes fizeram questão de se afirmarem partidários de longa data da Imprensa livre, invetivaram a Censura e juraram amor eterno à Revolução e aos princípios que defendia. As duas exceções foram Raúl Rego e eu próprio. Porquê? Porque eramos os únicos que não precisávamos de mudar de posição e/ou opinião: sempre nos tínhamos batido pela liberdade de informar e ser informado (o que, aliás, foi reconhecido pelos militares presentes que, logo à chegada, nos pediram para ficarmos depois da reunião geral, porque queriam pedir-nos ajuda sobre como lidar com a maravilhosa novidade do fim da Censura prévia). Seria interessante ver como evoluíram as primeiras páginas dos principais jornais portugueses a partir desse dia 27 de abril de 1974...

Em termos gerais, a oportunidade gerada pelo levantar da mordaza não foi bem aproveitada pela Imprensa escrita. O PCP e os seus aliados no MFA rapidamente tomaram posições nas redações, sancionaram quem se lhes opunha, implementaram formatos de jornalismo que de jornalismo pouco tinham. Os casos paradigmáticos são a expulsão de vinte e dois jornalistas do *Diário de Notícias* e a ocupação do *República*, mas a operação foi mais vasta e estendeu-se à Televisão e à Rádio (culminando aqui com o controlo da Renascença). As Comissões *ad hoc*, constituídas essencialmente por militares e a própria 5.ª Divisão (onde eu, por exemplo, fui formalmente chamado para defender um editorial que não lhes tinha agradado) alargaram a sua atuação censória, embora exercida em nome dos

princípios do MFA, aos jornais regionais. Concluída em setembro de 74, por uma Comissão presidida por Sousa Franco e da qual fui membro, a nova Lei de Imprensa, que criou os Conselhos de Redação (os quais, é bom lembrá-lo, já constavam do projeto de Lei da Imprensa apresentado por Francisco Sá Carneiro e por mim próprio, em novembro de 70, à Assembleia Nacional do Marcelismo e por esta obviamente chumbado), só é publicada em fevereiro de 1975, e aí a aceleração histórica já era demasiado forte (as nacionalizações dos principais títulos ocorrem a seguir ao 11 de Março). Houve momentos em que o *EXPRESSO* foi o único meio de comunicação social de âmbito nacional não submetido ao novo esquema de castração dos media. Houve fases de *pressão* tão grande (recorde-se o discurso de Almada de Vasco Gonçalves em que fomos mimoseados com o tratamento de “o pasquim”), que nos vimos obrigados a fazer duas edições por semana: a de sábado e o *EXPRESSO Extra*, à quarta-feira. À descredibilização de muitos dos principais títulos, que começou antes do 25 de Abril, por excesso de ligação ao Estado Novo, mas da qual a maior parte das pessoas não se apercebeu (daí, as elevadas circulações, impensáveis, hoje, dos três diários do Porto, e de cinco diários de Lisboa), seguiu-se, depois do 25 de Abril, o mau uso da reconquistada liberdade de Imprensa. E as conseqüências são conhecidas:

dos três jornais do Porto, só existe um; dos cinco jornais de Lisboa, só sobrevive um. Claro que, entretanto, apareceram e desapareceram novos títulos, alguns ainda durante o PREC, que vieram modernizar a Imprensa e adequá-la ao que dela se pretende em democracia. Claro que – e isso é o mais importante – o jornalismo que hoje se pratica nos jornais é incomparavelmente melhor, mais credível, mais equilibrado, do que o que existia antes do 25 de Abril e do que foi preponderante nas fases mais explosivas do período 74/76. Mas não podemos esquecer que a Imprensa escrita enfrenta hoje desafios novos suscitados pela revolução digital. Como não podemos ignorar que o jornalismo profissional, competente, de qualidade, é essencial para assegurar a reformulação da democracia e garantir a liberdade que é uma das traves-mestras em que ela assenta. Por tudo isto – e pelas demais relevantes razões elencadas por António Costa no depoimento que escreveu para este cartaz – é importante meditar sobre o que aconteceu ao jornalismo português há 40 anos. É essa reflexão que pretendemos proporcionar aos nossos leitores, através desta parceria entre o *EXPRESSO* e a CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Lisboa, 25 de abril de 2014.





JORNALISMO E REVOLUÇÃO: OS ANOS DE 1974 A 1976

Álvaro Costa de Matos e Rita Correia (Hemeroteca Municipal de Lisboa)

Com a Revolução de 25 de Abril de 1974, o **jornalismo escrito em Portugal readquiriu uma relevância política que já conhecera em outros momentos revolucionários** – fora assim na Revolução Liberal de 1820 e no 5 de Outubro de 1910. E isso em muito ficou a dever-se à reposição da liberdade de imprensa e ao desencadear de uma acesa confrontação centrada na definição do regime político a instaurar no país. No programa do Movimento das Forças Armadas (MFA) ficara definida “a convocação, no prazo de um ano, de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal directo e secreto”, pelo que a questão da **opinião pública** reassumiu uma enorme importância para as forças políticas que se propunham cumprir o jogo democrático. É o que se descortina nas primeiras páginas dos jornais aqui reproduzidas, ainda que circunscritas a títulos que já desapareceram de circulação. **Uns (a maior parte) extintos na ressaca da Revolução**, como a *Época*, diário oficioso da Acção Nacional Popular (o partido único do regime), forçada a cessar a publicação a 9 de maio após uma tentativa frustrada de *aggiornamento*; o *Novidades*, órgão do Episcopado Português, desaparecido a 3 de maio; o *Jornal do Comércio*, suspenso no final de agosto de 1974 na sequência de uma greve dos trabalhadores exigindo o afastamento do diretor, Carlos Machado, e que voltaria a ser publicado sem nunca mais conhecer uma situação estável, extinguindo-se de vez a 3 de setembro de 1976; o *República*, vespertino dirigido por Raul Rêgo, que, após o “caso República”, sobreviveu com muitos sobressaltos até dezembro de 1975; o *Comércio do Funchal*, semanário dirigido por Vicente Jorge Silva a partir de junho de 1974 que, juntamente com o *Notícias da Amadora* e o *Jornal do Fundão*, era um dos jornais regionais mais lidos, deixando de publicar-se em abril de 1976; os jornais humorísticos *Os Ridículos* e *Sempre Fixe*, reaparecidos ainda antes da Revolução, mas que não resistiram ao Verão Quente de 1975; ou o *O Século*, um dos históricos da imprensa portuguesa, igualmente apanhado pela instabilidade política que se seguiu ao 25 de Abril, e que lhe ditou o fim, a 12 de fevereiro de 1977. **Outros que soçobraram devido a dificuldades económicas**, embora mais tarde, como o *Diário de Lisboa*, extinto a 30 de novembro de 1990, o *Diário Popular*, no ano seguinte, a 28 de setembro, e, uns anos mais tarde, em 2005, *A Capital* e *O Comércio do Porto*, com os derradeiros números datados de 30 de julho – jornais

que souberam contornar a instabilidade dos anos revolucionários de 74 a 76, que chegaram mesmo a viver nas décadas seguintes alguns momentos de ouro, mas que não ultrapassaram os crónicos problemas financeiros e a concorrência de novos títulos (como o *Público*, surgido em 1990), mais adaptados (tecnológica e profissionalmente) aos desafios colocados por um mercado que não lia muitos jornais por dia. Sem surpresa, **a orientação editorial e política desses jornais marcou inicialmente o tratamento jornalístico que deram à Revolução de 25 de Abril de 1974**, com enfoques diferentes nas suas páginas (que podem ser descodificados nos verbetes que adiante publicamos sobre cada um deles). Em linhas gerais, merece destaque, no dia 25, a ausência de notícias sobre o golpe militar nos jornais afetos ao regime deposto, como a *Época*, o *Jornal do Comércio* e o *Novidades*, mas também no matutino *O Comércio do Porto*, “independente e vocacionado para a defesa dos comerciantes e industriais nortenhos”. O que não deixa de ser revelador, pois outros jornais saídos de manhã, como *O Século*, cobriram a Revolução, neste caso, “fazendo nada mais, nada menos de cinco edições ao longo do dia 25 de Abril”; o *Diário de Notícias* optou por guardar “um cauteloso

silêncio sobre o movimento militar”, mas emendaria a mão com uma 2.ª tiragem ainda a 25 de abril com todos os títulos de primeira página dedicados ao acontecimento revolucionário. Os vespertinos (*Diário Popular*, *Diário de Lisboa*, *A Capital* e o *República*), “com a vantagem de saírem para as bancas com o movimento em fase muito adiantada, tiveram hipóteses de fazer a festa de outra maneira”, alinhando num amplo destaque ao “Golpe Militar”, “Movimento Militar Triunfante” ou “Movimento das Forças Armadas”, consoante as diferentes sensibilidades editoriais em causa. Única foi a “curiosidade” introduzida pelo *República*, que “residia no facto de, em 25 de Abril de 1974, o rodapé da sua primeira página trazer um misto de anúncio, aviso e notícia inédita: «Este jornal não foi visado por qualquer comissão de censura»”. (*Diário de Lisboa*, 25.4.1984).

5



Censura em 1969”, de João Abel Manta, com remissiva para as páginas interiores – um *dossier* que naturalmente exigia algum tempo prévio de preparação. Num contexto de urgência e aprendizagem,

o jornalismo foi levado a tomar parte ativa na luta política e ideológica que marcou a Revolução. Ideia que é confirmada pelo *Relatório do Conselho de Imprensa* (RCI), quando refere que, após o golpe militar de abril, “os jornais passaram a ser carregados de ideologia, verificando-se uma explosão de tendências abrangendo os leques de opções políticas possíveis nas várias fases da Revolução”. O inegável entrosamento entre o jornalismo escrito e o processo revolucionário vivido entre 1974 e 1976 foi tão vasto que acarretou transformações significativas ao nível da organização das empresas jornalísticas, em resultado do “saneamento” ou da mudança de muitos dirigentes (administradores, diretores, chefes de redação) e da criação de órgãos de trabalhadores (conselhos de redação, assembleias gerais e plenários); da própria maneira de fazer jornalismo, desde logo porque passou a ser praticado em liberdade, mas também porque a matéria política se transformou no elemento caracterizador dos órgãos de informação; repercutiu-se ainda no plano da propriedade dos órgãos

Os semanários, humorísticos e noticiosos, beneficiaram amplamente da mesma vantagem, não perdendo a oportunidade para, nos primeiros números publicados depois da Revolução, lhe atribuírem grande ênfase nas suas páginas. Como caso paradigmático, trazemos para aqui a edição de 27 de abril do *Sempre Fixe*, com chamada de primeira página, “Em menos de 24 horas foi liquidado um regime de quarenta e oito anos”; mas não menos importante é o destaque dado à “Seleção de desenhos cortados pela

de comunicação social, já que por via das nacionalizações as maiores empresas passaram para a tutela do Estado; e funcionou como um forte estímulo para o aparecimento de novos títulos e o aumento da procura e do consumo de informação jornalística. Como ficou registado no referido RCI, no Verão Quente de 1975, “foi espectacular a subida de tiragens e de vendas dos principais jornais, com destaque para aqueles que se mostraram independentes dos órgãos de poder”. Entre os “independentes”, o *Expresso* liderava, com tiragens na ordem dos 130.000 exemplares, mas o *Tempo* vinha logo atrás, com 110.000, seguia-se o *Jornal Novo*, com 100.000, o *Comércio do Porto*, com 95.000, o *Jornal*, com 90.000, *A Luta*, com 80.000, e o *Primeiro de Janeiro*, com 70.000 exemplares; relativamente aos jornais subsidiados pelo Estado, com forte influência do PCP ou dos partidos de extrema-esquerda, o *Diário de Notícias* era o que tinha tiragens maiores, com 106.000 exemplares, depois vinha o *Diário Popular*, com 73.000, o *Jornal de Notícias*, com 70.000, *A Capital*, com 60.000, *O Século*, com 40.000, muito longe das tiragens conseguidas antes do 25 de Abril, o *Diário de Lisboa*, com 38.000, e, em último lugar, o *República*, nesta altura com inúmeras dificuldades para sobreviver, com apenas 20.000 exemplares. Os órgãos de comunicação social foram disputados pelas forças políticas, tal como aconteceu nos órgãos de poder e nas próprias forças militares, **pelo que neles se fizeram sentir as mesmas tensões, manobras e jogos de equilíbrios que marcaram o evoluir do processo revolucionário.** O facto de a Revolução ter sido desencadeada através de sinais de rádio foi prenunciador desse “despertar” do jornalismo, que o regime deposto mantivera como atividade profissional desprovida de um sistema de ensino e de formação específica; que ainda não consensualizara uma ideia sobre o que definia e como se devia praticar o jornalismo; que era mal remunerada e, de certa forma, socialmente desprestigiada. Não incluindo nesta caracterização genérica os muitos jornalistas que militaram na oposição e que, com a sua prosa cifrada, pondo em risco a sua própria liberdade e integridade física, ajudaram a caldear o ambiente entusiástico que acolheu a Revolução de 25 de Abril. O retrato-robô que foi possível desenhar a partir do perfil dos associados do Sindicato dos Jornalistas (SJ) em 1974, não é, de facto,



muito animador: “O jornalista português que amanheceu com a Revolução de 25 de Abril de 1974 era homem, tinha mais de 45 anos, trabalhava predominantemente na imprensa escrita em órgãos de comunicação social sediados na Área Metropolitana de Lisboa e possuía como habilitações literárias o curso complementar dos liceus” (FIGUEIRA: 2007). A partir dos centros urbanos, a Revolução começou por desencadear um movimento social muito vivo e transversal, que, no quadro da estrutura institucional existente (administrativa, empresarial e sindical), começou por eleger os seus representantes e apresentar as suas reivindicações. Nenhuma força partidária, com aspirações a ganhar peso eleitoral, procurou contrariar ou demarcar-se desta dinâmica, que começou a ganhar corpo e voz no próprio dia da Revolução. As empresas de comunicação social não ficaram alheias a este movimento: **os seus trabalhadores desenvolveram as suas**

próprias lutas e deram visibilidade à descompressão social que a Revolução desencadeou. No caderno reivindicativo dos trabalhadores das empresas jornalísticas de maior dimensão conjugaram-se questões de natureza especificamente laboral (horários de trabalho, salários, penalizações e direitos sindicais) com a exigência do saneamento dos dirigentes (administradores, diretores e chefes de redação) comprometidos com a ditadura; o reconhecimento da autonomia da redação em relação à administração; e o direito de participar na orientação editorial, através da eleição do chefe de redação e da definição (ideológica) dos próprios conteúdos informativos. Na maioria dos casos, os trabalhadores conseguiram ver satisfeitos os seus objetivos. Quando as negociações atingiram o impasse (*O Século* e *Jornal do Comércio*), a forma de luta mais corrente foi a greve, mas nalguns casos atingiu expressões mais radicais como a manifestação e a ocupação

de instalações, obrigando à intervenção do “poder revolucionário” (Junta de Salvação Nacional e Governo Provisório). Numa primeira fase (até ao 11 de Março de 1975), verificaram-se mudanças – quer por via da eleição, quer por via da nomeação – na direção de vários jornais: *A Capital*, *O Comércio do Porto*, *Diário de Notícias*, *Diário Popular*, *Jornal do Comércio*, *Jornal de Notícias* e *O Século*. Mas mais importante foi a **“institucionalização” dos conselhos de redação**, autónomos da administração. Será neles e sobre eles que as tensões e manobras vão assumir maior expressão. Estavam, pois, **criadas as condições para que as práticas de jornalismo se alterassem em função de critérios políticos e ideológicos e para a eclosão de uma conflitualidade interna cada vez maior:** “Os órgãos de informação assemelhavam-se, na fase inicial, a um puzzle de mensagens contraditórias, misturadas ao sabor da força das células partidárias e dos grupos de pressão. A capacidade de análise e seleção era diminuta. Confundia-se o essencial com o acessório. A informação era servida em bruto, mal digerida, tal como saía dos palácios governamentais, das sedes partidárias ou dos quartéis mais influenciados pelas doutrinas partidárias” (MESQUITA: 1993).



imediatamente uma vaga de protestos protagonizada pelo SJ, jornalistas e a generalidade das forças partidárias. O desempenho desta comissão refletiu, de certa forma, as “correntes” político-militares preponderantes nos centros de poder. No primeiro mês (o Governo Provisório, dirigido por Adelino Palma Carlos) a **atuação da comissão fez-se sentir sobre a imprensa de âmbito nacional conotada com “a esquerda” e assumiu particular dureza:** em junho, foi detido e colocado sob custódia militar o diretor interino do semanário *Luta Popular*, José Luís Saldanha Sanches. Mais tarde, em agosto, o jornal acabaria por ser suspenso, “por agressão ideológica ao MFA” (RCI: 1979). No fim de julho, os diários *República*, *A Capital* e *Diário de Lisboa* foram suspensos, por determinação do então Presidente da República, General Spínola. O motivo foi a projeção dada a manifestações de militares contra o prosseguimento de ações militares nas colónias. Este “caso” acabou por redundar na demissão dos militares que compunham a comissão *ad-hoc*, por discordarem da decisão do presidente, e numa onda de protestos por parte de vários jornais, que chegou a afetar a oferta de diários. Como o movimento de solidariedade prometia generalizar-se “a todos os órgãos de informação, incluindo a rádio e a televisão, as suspensões foram levantadas. No dia 3 de agosto todos os jornais se publicaram” (RCI: 1979). A atuação da nova comissão, que entrou em funções em setembro de 1974 e se manteve até setembro de 1975 (II, III, IV e V Governos Provisórios, dirigidos pelo General Vasco Gonçalves), **fez-se sentir sobretudo sobre a imprensa de província.** O motivo invocado centrava-se em questões de recorte ideológico e político, que levaram à aplicação de sanções que originaram a suspensão de algumas folhas locais e regionais. Foi ainda durante este período (13 de setembro de 1974) que ficou concluído o projeto da nova Lei de Imprensa, que foi submetido a

debate público. Nela se consagrava a existência do “Conselho de Redação”, que seria eleito “por todos os jornalistas profissionais que trabalham no periódico”, sendo-lhe reconhecidas vastas competências: “dar voto favorável ao director, ao director-adjunto ou subdirector designados pela empresa proprietária, (...) e ao chefe de redação escolhido pelo director”, bem como “na definição das linhas de orientação do periódico”; “pronunciar-se, com voto deliberativo, sobre todos os sectores da vida e da orgânica do jornal” relacionados com o exercício da actividade dos jornalistas; e sobre as “admissões, sanções disciplinares e despedimentos”. De referir ainda que, quando a Lei de Imprensa foi publicada, a 26 de fevereiro de 1975, revelou alguns acrescentos em relação ao projeto inicial (art.º 66.º e 67.º) que eram limitadores da liberdade de expressão, na medida em que previam duras sanções para uma série de atos de recorte muito vago, como “ultraje, ofensa ou outro ataque” às instituições democráticas ou ao MFA, “boato ou informação total ou parcialmente errada ou deturpada de natureza alarmista”. Mas também é possível interpretá-los como “efeito colateral” da crise política provocada pela “ala spinolista”, com a convocação da Manifestação da Maioria Silenciosa, que culminou com a demissão de Spínola. **Inequivocamente são sinais da permeabilidade e interação entre a política e o jornalismo escrito que caracterizou este período**, sendo visível uma crescente polarização de posições entre o Partido Socialista (apoiado pelas forças partidárias à sua direita) e o Partido Comunista Português e a constelação de pequenos partidos da extrema-esquerda (FSP, UDP, MRPP, LCI, FEC-ML, entre outros). **Foi na sequência do fracassado golpe “spinolista” de 11 de Março de 1975**, e da preponderância que as forças políticas “da esquerda” alcançaram, **que a comunicação social viveu as maiores transformações.** Sob pressão dos acontecimentos, procedeu-se à nacionalização da banca e dos seguros, **“o que acarretou a estatização dos títulos da imprensa diária pertencentes, até então, aos grupos económicos mais poderosos”.** Os diários *O Século*, *Diário Popular*, *Jornal do Comércio*, *O Comércio do Porto* e *A Capital* passaram para o controlo estatal. O *Diário de Lisboa*, embora com capital privado por via do Banco Nacional Ultramarino, também ficou sob domínio do Estado. O *Diário de Notícias* e o *Jornal de Notícias* já dependiam dele, antes do 25 de Abril, através da Caixa Geral de Depósitos.

No programa do MFA ficaram definidas algumas medidas para a comunicação social, **o que não só traduz o “poder” de persuasão e mobilização que lhe era reconhecido, como indicia também uma certa expectativa quanto ao seu provável “ativismo”.** Só assim se explica que tenha ficado acautelada a questão do seu controlo até à promulgação de nova legislação, que, aliás, se pretendia célere. Entre as “Medidas Imediatas”, previa-se, além da “abolição da censura e exame prévio”, **a constituição de uma “comissão ad-hoc para controlo da imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema, de carácter transitório**, directamente dependente da Junta de Salvação Nacional”, que era justificada pela “necessidade de salvaguardar segredos dos aspectos militares e evitar perturbações na opinião pública, causadas por agressões ideológicas dos meios mais reaccionários”. Entre as “Medidas a Curto Prazo”, a concretizar durante o Governo Provisório, o programa estabelecia a “Promulgação de uma nova Lei de Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema”. Quando, em junho de 1974, a nomeação da comissão *ad-hoc* se concretizou, despoletou



Mantiveram-se no sector privado apenas o *Primeiro de Janeiro*, no Porto, e o *República*, em Lisboa, aos quais se juntava o *Expresso* – fundado a 6 de janeiro de 1973, por Francisco Pinto Balsemão, este semanário ganhou grande projeção junto do público, revolucionando por completo o panorama da imprensa portuguesa. **Na imprensa estatizada fez-se imediatamente refletir a influência das forças políticas que dominavam os órgãos de poder transitório e o MFA**, isto é, o PCP, que tinha como aliado Vasco Gonçalves, chefe do Governo Provisório, e os pequenos partidos da chamada “esquerda radical”, com representação entre os militares. **A confrontação político-partidária**

recrudescer dentro das empresas jornalísticas, fazendo estalar novos diferendos entre as direções e as redações e entre os próprios jornalistas. Foi neste período que “se acentuou a influência e a manipulação partidária na imprensa, designadamente por elementos afectos ao PCP e a organizações de extrema-esquerda”, sobretudo através das organizações de trabalhadores (RCI: 1979). Assistiu-se, então, **a uma nova vaga de saneamentos e mudanças nas direções dos jornais**: no *Diário de Notícias*, com a nomeação dos jornalistas Luís de Barros e José Saramago; no *Diário Popular*, onde os trabalhadores elegeram Jacinto Baptista; n’*A Capital*, Rudolfo Iriarte substituiu provisoriamente David Mourão Ferreira, que se demitiu em protesto pela não publicação de um artigo. **Acentuou-se na “informação estatizada” o “tom monolítico e, em muitos casos, propagandístico”** (RCI: 1979).

Essa tendência revelou-se numa espécie de “proletarização” do discurso jornalístico, com um enfoque permanente nas questões relacionadas com o trabalho, mas numa lógica de confrontação de “classes”. Um discurso cerzido numa linguagem maniqueísta, onde abundavam os adjetivos e os chavões doutrinários, e que alimentava uma permanente crispação social e política. Por arrastamento ou “efeito secundário”, projetava-se a imagem de um poder espartilhado e em conflito, incapaz de uma postura concertante e construtiva e, de facto, eficaz na resolução de problemas concretos e reais. A informação e a opinião misturavam-se. Recorria-se ao silenciamento de factos relevantes, ao empolamento das posições dos líderes políticos preferidos. A “sobreexposição pública dos adversários políticos de cada jornal era notória, assim como a utilização de fontes (anónimas) sempre concordantes com a linha editorial do respectivo jornal, e a concessão do direito à palavra era um exclusivo dos autores identificados com o pensamento do jornal que os citava” (FIGUEIRA: 2007). Essas práticas jornalísticas tiveram por consequência uma certa descredibilização que ficou

registada no RCI, **ainda que a sua avaliação final seja positiva**: “Se alguns jornais – muitos mais do que seria para

desejar – foram perdendo credibilidade, mercê da desorientação que causaram entre o público leitor, **a verdade, porém, é que a maioria deles constitui, especialmente durante os períodos mais agudos do processo revolucionário, um serviço imprescindível para uma massa de leitores verdadeiramente inabitual.**” (sublinhado nosso)

A vitória alcançada pelo PS (38%) nas eleições constituintes de 25 de abril de 1975, expressão do fracasso da estratégia seguida pela “esquerda gonçalvista”, pode também ser interpretada como resultado da descredibilização da imprensa estatizada, pois “apesar da sua esmagadora preponderância na informação, o PCP e seus aliados foram nitidamente derrotados” (MESQUITA: 1993). **Mas o que de mais relevante nelas se assinalou foi a deflação da expressão social do “bloco” das forças partidárias da esquerda (PCP e extrema-esquerda) e dos respetivos projetos políticos.** As eleições foram politicamente clarificadoras, pondo a nu o distanciamento ou mesmo rejeição da maioria da população em relação ao rumo que a Revolução tomara. Quando se tornou evidente que as forças partidárias que dominavam o MFA não tinham intenção de fazer refletir na composição do Governo o resultado das eleições constituintes, as posições políticas radicalizaram-se e o “povo” desceu à rua para manifestar que dispensava os serviços dos “iluminados” vanguardistas. A 11 de maio, eclodiu o “caso *República*”, jornal então dirigido por Raul Rêgo, que ganhou uma projeção internacional, suscitando a indignação da opinião pública, além de uma crise política de monta: o “caso *República*” culminou mesmo com a demissão dos ministros socialistas do IV Governo Provisório, a 10 de julho, no dia em que o *República* reapareceu nas bancas, produzido por uma equipa «recrutada nos meios da extrema-esquerda», sob a direção de um militar. Poucos dias depois, o Partido Popular Democrático decidiu também demitir-se do Governo. Outros “casos” de grande impacto na opinião pública eclodiram na Rádio Renascença, que foi ocupada pela extrema-esquerda (18 de junho), despoletando uma manifestação de protesto dos católicos; e no *Diário de Notícias* (18 de agosto), do qual foram saneados 22 jornalistas, por decisão do plenário de trabalhadores, e pela razão de se terem manifestado contra a orientação ideológica que estava a ser seguida.

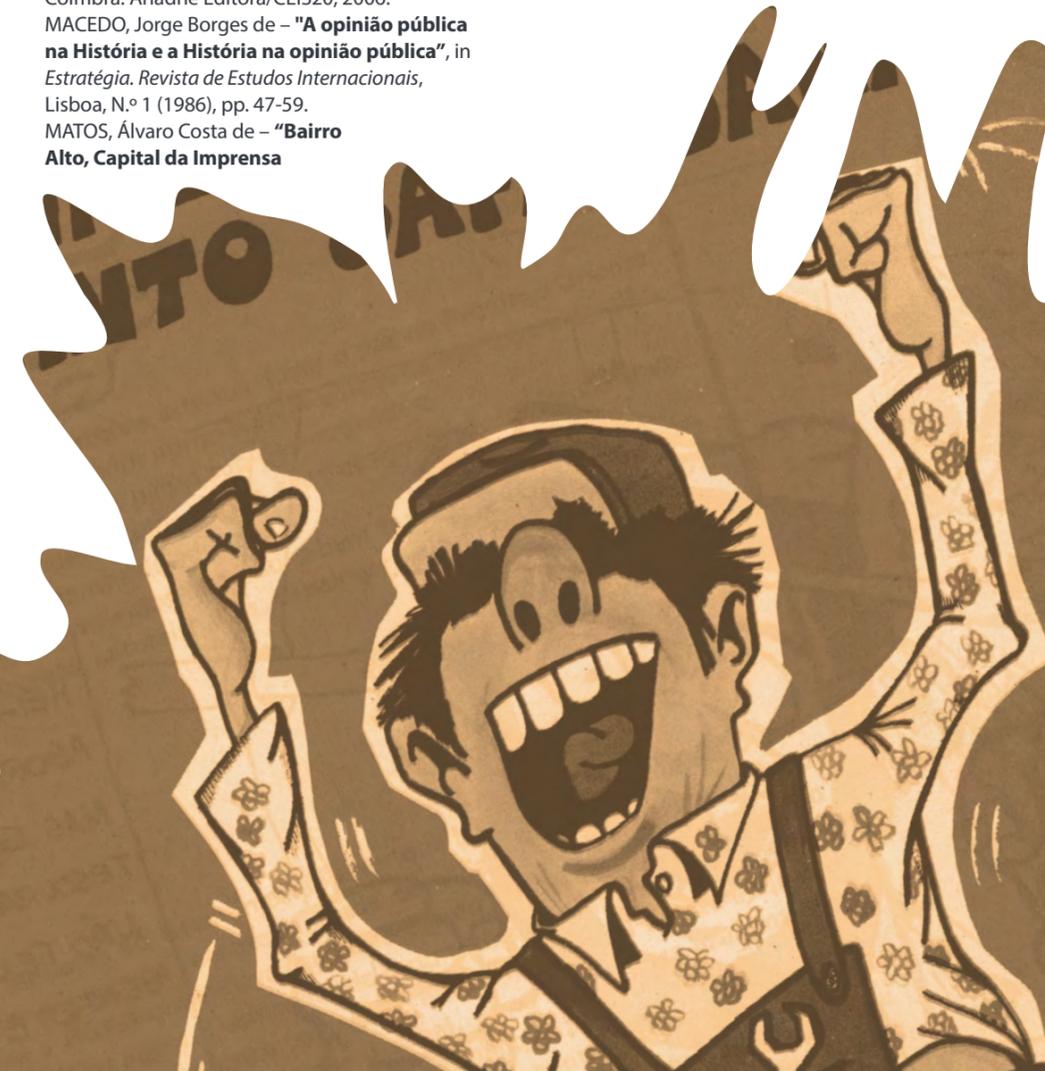
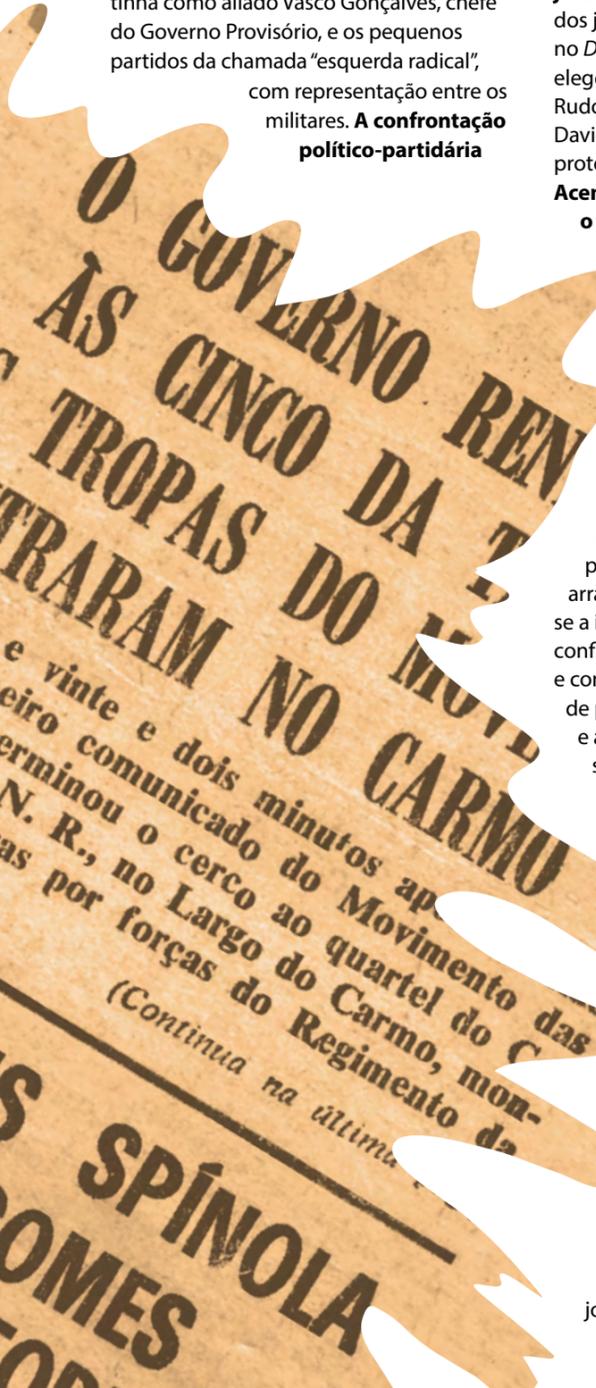
Ainda no plano da imprensa, configurando um esforço para romper com o “monopolismo” e hostilidade que reinava na imprensa estatizada,

e dar visibilidade aos projetos políticos assentes no modelo democrático-parlamentar pluralista, **assistiu-se ao aparecimento de alguns projetos editoriais inovadores.** Assumindo uma oposição ao binómio PCP-Vasco Gonçalves, **praticavam um jornalismo mais independente, analítico, orientado pela vontade de informar os leitores, oferecendo-lhes uma confrontação com as opções políticas que estavam em jogo**: o *Jornal Novo* (abril de 75, dirigido por Artur Portela), *A Luta* (agosto de 75, de Raul Rêgo), os semanários *O Tempo* (maio de 75, dirigido por Nuno Rocha) e *O Jornal* (maio de 75, de Joaquim Letria), embora alguns destes jornais estivessem conotados com as forças políticas que combatiam a influência do PCP e da extrema-esquerda, desde logo o PS e o PPD. No seio do MFA começa também a destacar-se uma corrente “moderada”, sintonizada com o PS, o PPD e o CDS, e que vem a ganhar visibilidade através do *Documento dos Nove*, em referência ao grupo de nove oficiais que o apoia, constituindo-se como ponto aglutinador de todas as forças políticas que pretendiam fazer infletir o processo revolucionário. Propósito que foi atingido com as movimentações militares de 25 de Novembro de 1975. **O período subsequente ficou marcado pela neutralização das forças do PCP e da extrema-esquerda na imprensa nacionalizada**, que se consubstanciou na demissão dos dirigentes administrativos, na dissolução dos corpos sociais e na suspensão de algumas publicações até que fossem nomeadas novas administrações. Imediatamente se fizeram ouvir vozes a denunciar uma partidarização dos jornais entre o PS e o PCP. Não obstante a acalmia política e social, por contraste com o período anterior, continuaram a eclodir “casos” de natureza conflituosa entre o poder revolucionário e os órgãos de informação (*O Diabo* e o *SOL*), as administrações e os trabalhadores (*República*) ou as administrações e as direções (*Jornal Novo* e *O Século Hoje*). Desenharam-se também alguns projetos governativos para reestruturar a imprensa nacionalizada e encontrar solução para a situação de insolvência financeira, generalizada, em que se encontrava. Lisboa, 25 de abril de 2014

SABER MAIS

BAPTISTA, Carla, e CORREIA, Fernando – *Jornalistas. Do Ofício à Profissão. Mudanças no Jornalismo Português (1956-1968)*. Lisboa: Caminho, 2007.
BAPTISTA, Carla – *Apogeu, morte e ressurreição da política nos jornais portugueses. Do século XIX ao Marcelismo*. Lisboa: Escritório Editora, 2012.
FIGUEIRA, João – *Os Jornais Como Actores Políticos. O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão quente de 1975*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2007.
FRANCO, Graça – *A Censura à Imprensa (1820-1974)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.
GOMES, Pedro Marques – *“A Imprensa na Revolução Portuguesa: o caso do Diário de Notícias (1974-1975)”*, in *Estudos em Jornalismo e Media*, Vol. 9 (2), 2012, pp. 368-382.
IDEM – *Os Saneamentos Políticos no Diário de Notícias*. Lisboa: Alêtheia, 2014.
LEMOS, Mário Matos e – *Jornais Diários Portugueses do Século XX. Um Dicionário*. Coimbra: Ariadne Editora/CEIS20, 2006.
MACEDO, Jorge Borges de – *“A opinião pública na História e a História na opinião pública”*, in *Estratégia. Revista de Estudos Internacionais*, Lisboa, N.º 1 (1986), pp. 47-59.
MATOS, Álvaro Costa de – *“Bairro Alto, Capital da Imprensa*

Portuguesa”, in *Bairro Alto. Mutações e Convivências Pacíficas*. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa, 2012, pp. 111-134.
MESQUITA, Mário – *“Os Meios de Comunicação Social”*, in *Portugal. 20 Anos de Democracia* (Coord. António Reis). Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, pp. 360-405.
PALLA, Maria Antónia – *“A renovação da imprensa apesar da censura”*, in *Portugal Contemporâneo* (Dir. António Reis), Vol. 5. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, pp. 207-220.
ROCHA, Nuno – *“Os meios de comunicação após a Revolução dos Cravos (1974-1996)”*, in *História da Imprensa* (Coord. Alejandro Pizarroso Quintero). Lisboa: Planeta Editora, 1996, pp. 369-396.
TENGINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2.ª ed. revista e aumentada. Lisboa: Caminho, 1989.
IDEM – *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*. Coimbra: Minerva, 2006.
Relatório do Conselho de Imprensa. A Imprensa Escrita em Portugal (Abril de 1974 a Julho de 1975). Lisboa: Edição do Conselho de Imprensa, 1979.



A CAPITAL

Director: HENRIQUE MARTINS DE CARVALHO
Subdirector: JOSÉ JULIO GONÇALVES

PROPRIEDADE: S.G.C. - SOCIEDADE GRAFICA DE «A CAPITAL» - R. JOAQUIM ANTONIO DE AGUIAR, 66 - LISBOA-1 * TELEFS. 688125/6/7 * END. TELEG. ACAPITAL * TELEX 12386

EDIÇÃO ÀS 12 HORAS

GOLPE MILITAR

“MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS” DESENCADEIA ACÇÃO DE MADRUGADA

A CAPITAL

Director: HENRIQUE MARTINS DE CARVALHO
Subdirector: JOSÉ JULIO GONÇALVES

PROPRIEDADE: S.G.C. - SOCIEDADE GRAFICA DE «A CAPITAL» - R. JOAQUIM ANTONIO DE AGUIAR, 66 - LISBOA-1 * TELEFS. 688125/6/7 * END. TELEG. ACAPITAL * TELEX 12386

ENCONTRO COM A INFORMAÇÃO



JUNTA APRESENTA PROGRAMA

Deposito Legal (415) AVENÇA
Biblioteca Municipal Central
LISBOA-1
9. MAI 1974



comércio do funchal

SEMANÁRIO — 25 de Abril a 1 de Maio, 1974 — IV série n.º 2247
PREÇO: MADEIRA 4\$00 — CONTINENTE e AÇORES 5\$00
director e proprietário: João Carlos da Veiga Pestana □
red. e adm.: rua do Carmo, 23-2.º — Funchal - Madeira — Tel. 2 88 33
composição e impressão: Tipografia Minerva, rua dos Netos, 20

OS ARMADORES O GASÓLEO E OS PESCADORES



OPERÁRIOS VIDREIROS FALAM AO CF

UM ALOJAMENTO MARGINAL (2)



Deposito Legal (415) AVENÇA
Biblioteca Municipal Central
LISBOA-1
9. MAI 1974



comércio do funchal

SEMANÁRIO — de 9 a 15 de Maio, 1974 — IV série n.º 2248
PREÇO: MADEIRA 4\$00 — CONTINENTE e AÇORES 5\$00
director e proprietário: João Carlos da Veiga Pestana □
red. e adm.: rua do Carmo, 23-2.º — Funchal - Madeira — Tel. 2 88 33
composição e impressão: Tipografia Minerva, rua dos Netos, 20



Manifestação do 1.º de Maio no Funchal

OS HOMENS E AS SOMBRAS

Quem se lembra hoje de Coelho Lousada?

por JOAQUIM BALTAR

ESTA galeria de figuras obscurecidas ou positivamente esquecidas pelos homens e pelo tempo, quero, hoje, lembrar uma das personalidades mais notáveis das letras portuegas do século passado, um homem que se dedicou à literatura folhetinesca de então, no seja dos meados do séc. XIX, mas que uma física irremediável e fatal o não deixou realizar-se em toda a sua plenitude e faculdades criadoras. Refiro-me, claro está, a António Coelho Lousada, um romancista portuego, cuja miniguarda obra se volta inteiramente para a vida e os costumes do velho burguês portuego, recordando nos tempos e desdoados uma visão, embora parcelar, do conto do bispo D. Hugo nos séculos XVI e XVII.

Na realidade, Coelho Lousada, nascido em 1828, pouco antes do Carco, morreu apenas com 31 anos, quando as suas potencialidades literárias se encontravam em plena florescência e quando tudo fazia prever uma carreira brilhante e notável de reconstruções históricas do viver do conto de D. Tarrajão. Coelho Lousada deixou-nos dois romances completos e um por terminar.

CONTINUA NA ÚLTIMA PÁGINA



ELEIÇÕES FRANCESAS

O DIÁLOGO ENDURECE

Silva Martins telefonou de Paris

PARIS, 24 — Durante a noite passada e o dia de hoje, toda a linguagem dos candidatos na batalha eleitoral parece ter endurecido consideravelmente. Para dar uma ideia da temperatura da atmosfera reinante, reproduzimos aqui algumas frases soltas dos principais candidatos. Falando numa reunião de propaganda, em Orléans, em resposta a uma pergunta feita pelo auditor, Chaban-Delmas, o candidato que preconiza a criação de uma «Nova Sociedade», declarou: «Nem um presidente de coração seco (piada para Giscard d'Estaing), sem um demagogo de mãos vazias (isto em direção de Mitterrand)». Por seu lado, o candidato François Mitterrand, que falou, minutos depois, em Lyon, respondeu, interrogado-se, com a sua ponta de ironia: «Como poderemos nós ter alguma coisa nas mãos para dar, se eles nos tiraram tudo, há mais de 15 anos?».

CONTINUA NA PÁGINA 2

ASSEMBLEIA NACIONAL

COMEÇA HOJE A SER DISCUTIDA A PROPOSTA DE LEI DE PROTECÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

Com 114 deputados presentes, a Plenária da Assembleia Nacional voltou a reunir-se, nesta fase final da Sessão Legislativa Inscrição, no todo, estavam 23 deputados, para serem discutidos. Doze deles pretendiam fazer-lhe antes da ordem do dia. Como de costume, aliás, nestas

sessões de sessão, que os deputados querem aproveitar para discutirem problemas locais, na ordem do dia foi tratado, inicialmente, o aviso-prévio sobre formação profissional agrícola, tendo o representante de Braga, Carvalho Conceição pedido várias questões para a sua distrito. Entretanto,

na fase de tarde, o ministro da Agricultura e Comércio, dr. Mota Carmo, esteve reunido com os três comités parlamentares que estudam a proposta de lei de protecção e defesa do consumidor, assunto que entra hoje na ordem do dia.

CONTINUA NA PÁGINA 1

PONTE D. LUÍS SEM TRÂNSITO ESTA NOITE

Página 2



MORREU ABBOTT

Faleceu, ontem, na sua residência de Los Angeles, o cómico Red Abbott, de 79 anos, que fazia parte da dupla cinematográfica Abbott e Costello. Um membro da família declarou que Abbott sofria de cancro e tinha tido várias crises cardíacas. A sua morte foi atribuída ao cancro.

CONTINUA NA PÁGINA

Foi acordado entre as corporações da Lavoura e da Indústria (na gravura abaixo, o ministro da Agricultura e Comércio, dr. Mota Carmo, e outros entidades na certidão da assinatura do protocolo) vários pontos de registo sobre o sistema da madeira de pinho e de maciço com o seu corte, para serem enviados ao registo nas fábricas de postes telefónicos e de pilares de fibra de vidro de 180000 por metro para a madeira laminada de madeira aglomerada ou equivalente; 200000 por metro, para a madeira em casa de madeira aglomerada ou equivalente; 200000 por metro para a madeira laminada de madeira aglomerada ou equivalente.

CONTINUA NA PÁGINA 8



DEPOIS DE AMANHÃ

O ministro da Educação na Universidade do Porto

Página 2

WILSON AMEAÇADO DE UMA DERROTA NO PARLAMENTO

Página 3

DESPORTO

AGOSTINHO E MENDES SEPARADOS POR DOIS SEGUNDOS

• SPORTING (1-2) DISSE ADEUS À TAÇA DAS TAÇAS

ENVIADOS ESPECIAIS: FERNANDO PASSOS E ALVES DOS SANTOS

DERRUBADO O GOVERNO

ÊXITO DO GOLPE MILITAR PROCLAMAÇÃO DA JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL



O sr. general António de Spínola tendo a seu lado, com excepção de s. m. o sr. general Manuel Dias Neto, os elementos que compõem a Junta de Salvação Nacional a que preside, os srs. capitão-de-fragata António Álvaro Rosa Coutinho, capitão-de-mar-e-guerra José Baptista Pinheiro Azevedo, general Francisco da Costa Gomes, brigadeiro Jaime Silvério Marques e coronel Carlos Galvão de Melo, proferiu, através da Rádio e da Televisão, pela 1.20 hora da madrugada de hoje, uma comunicação ao país cujo texto transcrevemos integralmente na página 13.



GENERAL ANTONIO SPINOLA



GENERAL COSTA GOMES



CORONEL GALVÃO DE MELO



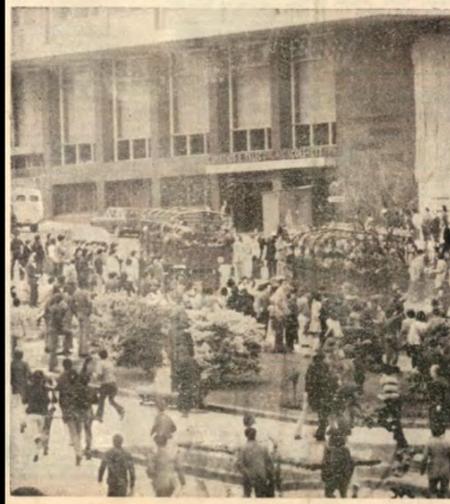
COMANDANTE PINHEIRO AZEVEDO



BRIGADEIRO SILVÉRIO MARQUES

No Largo de 1. Julho, em Lisboa, tropas do movimento vitorioso das Forças Armadas tomaram posições de defesa, contra os efectivos de Lencóis 2. O golpe militar estremeceu, aliada então, longe de constituir o êxito esperado (gravação em baixo) pelo povo que, na Avenida dos Aliados, no Porto, vitoreou os soldados.

Ver desenvolvimento reportagem nas páginas interiores



OS ORGANISMOS BANCÁRIOS

ESTÃO HOJE ENCERRADOS

DE HARMONIA COM INFORMAÇÕES EM NOSSO PODER, OS ORGANISMOS BANCÁRIOS ENCONTRAM-SE HOJE ENCERRADOS.

Diário de Lisboa

FUNDADOR JOAQUIM MANSO DIRECTOR A. RUELLA RAMOS

QUINTA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 1974 N.º 18439 — ANO 54.º — PREÇO 25\$00



O MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS PROSSEGUIRÁ NA SUA ACÇÃO LIBERTADORA

-afirma-se num comunicado transmitido ao País

O País foi informado ao princípio da madrugada, através do Rádio Clube Português, de que as Forças Armadas haviam desencadeado um movimento contra o regime. Mais tarde, um comunicado do Movimento das Forças Armadas informou que o movimento visa a libertação do país do regime que oprime desde o golpe de Estado de 28 de Maio de 1926.

Segundo diversas emissões de estações de radiodifusão estrangeiras captadas na nossa redacção, nomeadamente o ORTF, o movimento militar pretenderia também pôr fim às guerras na Guiné, Angola e Moçambique, a partir das soluções propostas pelo general António de Spínola.

O Movimento das Forças Armadas dirigiu também sucessivos apelos às forças militarizadas e policiais no sentido de se manterem nos seus quartelamentos e de que se abstivessem de quaisquer provocações. As forças militarizadas e policiais foram também avisadas de que as Forças Armadas não hesi-

Embora seja ainda pouco clara a situação política no País, sabe-se que as forças militares revolucionárias identificadas com as ideias que presidiram ao recente Movimento dos Capitães (aderentes à doutrina de

tariam em reprimir severamente qualquer tentativa de resistência, embora pretendessem evitar o derramamento de sangue.

Os comunicados das Forças Armadas insistem em que a população se deverá manter serena e evitar sair à rua. Em diversas zonas da cidade, forças militares formaram barreiras com automóveis atravessados nas ruas e impedem a circulação de veículos. Também em muitas zonas da cidade, em especial junto do Rádio Clube Português e de aquartelamentos, não é permitida a circulação de pessoas.

Apesar dos apelos dirigidos pelas Forças Armadas através do Rádio Clube Português, grande parte da população da cidade veio para a rua ou mantém-se em magotes às janelas, no desejo de acompanhar o movimento das Forças Armadas. Pode afirmar-se, no entanto, que a população civil de Lisboa se mantém tranquila, não se tendo registado qualquer tentativa de apoio ou oposição ao Movimento das Forças Armadas.

português, na Rua Sampaio Pina. Simultaneamente, era também cercada a área onde se situa o Quartel-General, em S. Sebastião da Pedreira.

Depois das quatro horas, e apenas através do Rádio Clube, que entre tanto passara a transmitir marchas militares, tendo sido suprimidos os habituais programas da

madrugada, foram lidas mensagens e apelos exortando os elementos das Forças Militarizadas e Policiais (PSP, GNR e PIDE, nomeadamente) a recolherem a quartéis, aconselhando-se os respectivos comandos a usarem da «máxima prudência» a fim de ser evitada a desnecessária efusão de sangue.

Continua na pág. 12

OS COMUNICADOS DO MOVIMENTO

Eis os textos dos comunicados difundidos esta manhã através do Posto de Comando das Forças Armadas (Rádio Clube Português):

COMUNICADO N.º 1

«Aqui Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas. As Forças Armadas Portuguesas apelam para todos os habitantes da cidade de Lisboa no sentido de recolherem a suas casas nas quais se devem conservar com a máxima calma. Esperamos sinceramente que a gravidade da hora que vivemos não seja tristemente assinalada por qualquer acidente pessoal para o que apelamos para o bom senso dos comandos das forças militarizadas no sentido de serem evitados quaisquer confrontos com as Forças Armadas. Tal confronto, além de desnecessário, só poderá conduzir a sérios prejuízos individuais que enlutariam a criariam divisões entre os portugueses, o que há que evitar a todo o custo.

Não obstante a expressa preocupação de não fazer correr a mínima gota de sangue de qualquer português, apelamos para o espírito cívico e profissional da classe médica esperando a sua acorência aos hospitais a fim de prestar a sua eventual colaboração que se deseja, sinceramente, desnecessária.»

COMUNICADO N.º 2

«A todos os elementos das forças militarizadas e policiais o comando do Movimento das Forças Armadas aconselha a máxima prudência a fim de serem evitados quaisquer recontros perigosos. Não há intenção deliberada de fazer correr sangue desnecessariamente, mas tal acontecerá caso alguma provocação se venha a verificar.

Apelamos para que regressem imediatamente aos seus quartéis, aguardando as ordens que lhes serão dadas pelo Movimento das Forças Armadas.

Serão severamente responsabilizados todos os comandos que tentarem, por qualquer forma, conduzir os seus subordinados à luta com as Forças Armadas.»

COMUNICADO N.º 3

«Aqui Posto de Comando das Forças Armadas. Informa-se a população de que, no sentido de evitar todo e qualquer incidente, ainda que involuntário, deverá recolher às suas casas, mantendo absoluta calma.

A todos os componentes das forças militarizadas, nomeadamente às forças da G.N.R., PSP e ainda às forças da DGS e da Legião Portuguesa, que abusivamente foram recrutadas, lembra-se o seu dever cívico de contribuírem para a manutenção da ordem pública.

Continua na pág. 12

A POPULAÇÃO DE LISBOA E O GOLPE MILITAR

A população de Lisboa saiu à rua, em plena Baixa, no meio de indescritível entusiasmo quando, perto do meio-dia, terminou o esboço de luta no Terreiro do Paço entre as forças revoltosas que ali se encontravam desde as cinco da manhã e dois carros de combate que abriram fogo. As Forças do Movimento das Forças Armadas não responderam. Outros dois carros de combate teriam aderido rapidamente aos revoltosos.

Gritos de entusiasmo, flores, cânticos e milhares de pessoas saudando os militares que desfilaram pelas ruas da Baixa Pombalina, subindo até para os carros que os transportavam. Tropas da Escola Prática de Cavalaria (Santarém), Escola Prática de Infantaria (Mafra), Regimento de Engenharia 1, de Camargo e Cavalaria 7 ocuparam o Terreiro do Paço a partir das cinco horas da manhã. Na Margem Sul, forças de Vendas Novas tomaram posição no

Terreiro do Paço três colunas militares com objectivos específicos: uma de fuzileiros navais avançou para as instalações da DGS-PIDE, na Rua António Maria Cardoso; outra avançou para o quartel da Legião Portuguesa, na Penha de França; uma terceira tomou posição junto do quartel da GNR, no Carmo, onde às 13 e 30 se esperavam início das conversações entre sitiados e cercados.

Perto do meio-dia, saíram do

Continua na pág. 28

Diário de Lisboa

FUNDADOR JOAQUIM MANSO DIRECTOR A. RUELLA RAMOS

SEXTA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 1974 N.º 18440 — ANO 54.º — PREÇO 25\$00



CAXIAS CAIU

LIBERTOS OS PRESOS DETIDA A DGS/PIDE

Às nove e trinta de hoje um oficial dos Fuzileiros Navais comunicou aos jornalistas, na Rua António Maria Cardoso, que a PIDE-DGS acabava de render-se ao fim de uma noite inteira de resistência ao cerco. Milhares de pessoas assistiram, nas imediações à queda de um dos últimos redutos do regime.

Pouco depois, chegava ao local mais um contingente militar que ali tomou posições, vindo do Regimento de Infantaria 1.

Às 9 e 43 foram abertas as portas e entraram no edifício três oficiais das Forças Armadas. Passado um

minuto saiu um indivíduo que abriu as portas das garagens, de onde, acto seguido saíram algumas dezenas de elementos da PIDE, em fila de dois. Traziam um ar carrancudo e dirigiram, mesmo, alguns improperios aos cingentes. Entraram no edifício principal.

Às 9 e 46, as forças militares ocuparam o edifício central da ex-PIDE-DGS.

A cadeia política da DGS/Pide em Caxias foi tomada pelas oito e meia da manhã de hoje, por uma força de pára-que-distas, que começaram imediatamente a libertar das celas os prisioneiros

políticos, conduzindo-os para o pátio interior da prisão, onde aguardam ordem de saída para o exterior. Foram presos sem resistência os quarenta elementos daquela odiada Polícia secreta, que durante a noite tinham resistido no interior do cerco e que, apesar de ontem terem ameaçado matar os prisioneiros, se apresentaram aos pára-que-distas já desarmados e em atitude colaborante.

«Dentro de poucas horas espero libertar os prisioneiros políticos que não sejam acusados de delito comum. Aguardo apenas ordens superiores» — disse-nos cerca

das nove horas o comandante da força dos pára-que-distas, cap. Mário Pinto, que nos descreveu o entusiasmo dos seus soldados.

O assalto final à prisão da Pide começou às 6 e 30 da manhã, altura em que o forte foi sobrevoado por aviões da Força Aérea, que davam apoio às tropas terrestres. Às 8 e 15 entregaram-se os guardas da GNR que defendiam a prisão. Com a chegada de uma companhia de fuzileiros navais do Vale do Zebro (Barreiro) foi reforçada a força de intervenção. Eram 9 e 22 quando o director da cadeia, inspector Parra da Silva, foi preso.

Abertas as portas da prisão, vários jornalistas que tinham sido conduzidos de Lisboa em viaturas da companhia dos fuzileiros, puderam contactar com os prisioneiros políticos que iam chegando, em grupos, ao pátio da prisão, num entusiasmo indescrevível. Soube-se então que só ontem à noite os prisioneiros se aperceberam de que algo de anormal se estava a passar no País.

Cerca das dez horas, foram abertas as portas do Hospital Prisional anexo à cadeia. Muitas pessoas aguardaram no cruzamento do desvio da estrada durante toda a noite o momento da libertação dos seus familiares.

«O que vão fazer aos pides?» — perguntámos ao comandante dos páras.

«Temos que ter compaixão e humanidade para com eles» — respondeu-nos o capitão, que salientou o facto de se terem entregue sem combate.

Minuto zero: o "regime" vai cair



Este espantoso documento fotográfico documentava toda a emoção e expectativa popular na hora H da queda do chamado Estado Novo: um minuto depois, segundos talvez, sairia do quartel da GNR no Carmo o carro blindado onde se escondia o prof. Marcello Caetano, que acabava de cair com

o seu Governo e com o Regime que oprimia o País há quase cinquenta anos. Neste momento dramático e histórico, que o nosso repórter fixou com enorme realismo, começava para o povo português uma nova etapa de esperança numa vida verdadeiramente nova

Proclamação da Junta de Salvação Nacional Spínola às Forças Armadas

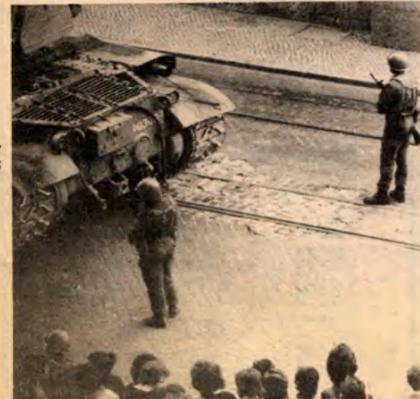
(Ler na ÚLTIMA PÁGINA)

RENDIÇÃO DE LANCEIROS-2

As três horas da madrugada, o Rádio Clube Português transmitiu o seguinte comunicado do Movimento das Forças Armadas: «Como é do conhecimento geral, foi há pouco transmitido pela Radiotelevisão portuguesa e pelas estações emissoras uma proclamação da Junta de Salvação Nacional dirigida ao País, onde são definidos os objectivos gerais do Movimento das Forças Armadas, que, interpretando o sentimento da Nação, acabam de derrubar o Governo. Entretanto, informa-se que a situação se encontra totalmente controlada, tendo-se rendido o Regimento de Lanceiros 2 e o G.D.A.C.I., em Monsanto, e encontrando-se os ex-membros do Governo sob custódia do Movimento. Continua a recomendar-se à população o acatamento estrito das indicações da Polícia Militar, Polícia de Segurança Pública e Brigadas de Trânsito, contribuindo assim para a manutenção da ordem que todos desejamos se mantenha inalterada.

Avisam-se as unidades de que algumas delas serão rendidas, na ocupação dos objectivos, por forças do Regimento de Caçadores Pára-Quedistas».

Hoje 28 páginas



Esta manhã na Rua do Arsenal

O JORNAL DE MAIOR EXPANSÃO NO MUNDO PORTUGUÊS

ANO XXXII
1974
11317
Preço 2550

DIÁRIO POPULAR

LISBOA
5.ª Feira
25
Abril

Director: MARTINHO NOBRE DE MELLO

Propriedade da SOCIEDADE INDUSTRIAL DE IMPRENSA — Sede: Rua Luz Soriano, 67 — Telefones 328291/5 (P. P. C. A.) — 328296 34630 34639 — (Redacção) — 328297 (Publicidade)

O MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS PRECONIZA A ENTREGA DO PODER A UM GOVERNO MILITAR DE TRANSIÇÃO

SANTARÉM, 25 — A Escola Prática de Cavalaria, aquartelada nesta cidade, aderiu ao movimento militar, ao princípio da tarde, tendo o seu comandante sido detido e assumindo o mesmo

«Informação do Movimento das Forças Armadas», do seguinte teor:

«Considerando que, ao fim de 13 anos de luta em Terras do Ultramar, o sistema polí-

crecente clima de total afastamento dos portugueses em rela-

ção às responsabilidades políticas que lhes cabem como cidadãos,

e o crescente desenvolvimento de uma tutela de que resulta constan-

te apelo a deveres com paralela denegação de

(Continua na 32.ª pág.)

Comunicado dos sublevados às 11 e 40:

Pede-se o encerramento de todos os estabelecimentos comerciais — de contrário será imposto o recolher obrigatório

comando o capitão João Correia Bernardo.

Um grupo de viaturas militares circulou pela cidade, distribuindo um documento intitulado

tico vigente não conseguiu definir, concreta e objectivamente, uma política ultramarina

que conduza à paz entre os portugueses de todas as raças e credos; considerando o

Hoje:
44 páginas

O Banco Central e os organismos bancários encontram-se encerrados em consequência do presente condicionalismo



A meio da manhã, na rua do Arsenal, frente a frente forças leais ao Governo e forças revolucionárias

O JORNAL DE MAIOR EXPANSÃO NO MUNDO PORTUGUÊS

ANO XXXII
1974
11318
Preço 2550

DIÁRIO POPULAR

LISBOA
6.ª Feira
26
Abril

Director: MARTINHO NOBRE DE MELLO

Propriedade da SOCIEDADE INDUSTRIAL DE IMPRENSA — Sede: Rua Luz Soriano, 67 — Telefones 328291/5 (P. P. C. A.) — 328296 34630 34639 — (Redacção) — 328297 (Publicidade)

MOVIMENTO MILITAR TRIUNFANTE ASSUMIDO O PODER POR UMA JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL A QUE PRESIDE O GENERAL SPÍNOLA

A maioria da população do País, que seguiu, até madrugada alta, com o mais vivo interesse, todo o noticiário da TV e da Rádio acerca dos acontecimentos resultantes do Movimento das Forças Armadas, teve, cerca da 1 e 30, a oportunidade de presenciar a apresentação, retransmitida pela RTP, dos membros da Junta de Salvação Nacional, assim constituída:

- Capitão-de-fragata António Alba Rosa Coutinho
- Capitão-de-mar-e-guerra José Baptista Pinheiro Azevedo
- General Francisco da Costa Gomes
- General António de Spínola (presidente)
- Brigadeiro Jaime Silvério Marques
- Coronel Carlos Galvão de Melo
- General Manuel Diogo Neto (ausente)

● NOTICIÁRIO NAS PÁGINAS 3, 7, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 19, 20 e 24.

SPÍNOLA AO «DIÁRIO POPULAR»:

«Não podemos ainda adiantar quaisquer prazos ou datas» **PÁGINA 9**

HOJE: 40 PÁGINAS

• O PAÍS REGRESSA À NORMALIDADE



O general António de Spínola, ao proferir, de madrugada, a sua histórica alocução, como Presidente da Junta de Salvação Nacional

LIBERDADE NA RESPONSABILIDADE

PÁGINA 7

O ALMIRANTE AMÉRICO TOMÁS E O PROF. MARCELLO CAETANO CHEGARAM À ILHA DA MADEIRA

PÁGINA 12



O chefe do Estado recebeu ontem à tarde, no Palácio Nacional de Belem, o administrador-geral da Empresa Nacional das Madeiras, Dr. Augusto Mendes, e os demais membros do conselho de administração da mesma empresa, deputados Raimundo Mendes, Drs. Ruben Leitão e José Manuel Chantama, que foram oferecer-lhe exemplares das modalidades construtivas da Junta das duas empresas e da inauguração, a efectuar amanhã à tarde, com a presença do ministro do Interior, da Livraria do Estado na cidade do Porto.

COLÓQUIO DE INFORMAÇÃO E ESCLARECIMENTO SOBRE CABORA BASSA E O DESENVOLVIMENTO DO VALE DO ZAMBEZE PARA DIRIGENTES E FILIADOS DAS COMISSÕES DE FREGUESIA DA A. N. P. DE LISBOA



Promovido pela Comissão do Conselho de Lisboa da Acção Nacional Popular realizou-se, ontem, um colóquio subordinado ao tema Cabora Bassa e o desenvolvimento do vale do Zambeze, dedicado a dirigentes e filiações das comissões de freguesia de Lisboa.

LEIA HOJE: **EPOCA DA NOSSA TERRA**

Abriu a sessão o Prof. Arg. Antero Ferreira, vogal da Comissão de Conselho e titular do pênulo da CF, que saudou os orientadores do colóquio, na pessoa do director-geral do Gabinete do Plano do Zambeze, Eng. Castro Fontes, e teve algumas considerações sobre o tema escolhido, tendo afirmado em dado passo:

«No leque dos objectivos que a Comissão de Conselho de Lisboa da A.N.P. fixou para o seu plano de acção no campo da formação, enquadraram-se no ano transacto temas como a defesa da família, as questões politico-sociais e económicas, a situação jurídica da mulher, e a previdência social, temas que foram objecto de numerosas sessões em seminários dedicados a dirigentes e filiações das freguesias da capital.

No programa elaborado para o corrente ano figura a realização de colóquios, cuja finalidade se consubstancia no desejo de informar e esclarecer da forma mais expressiva os mesmos dirigentes e filiações das comissões de freguesia, no que diz respeito a grandes realizações em curso ou em projecto no plano da iniciativa governamental.

E nesse programa que se filla este colóquio, só possível graças à valiosíssima colaboração do Gabinete do Plano do Zambeze, a cujo director-geral, em nome da Comissão de Conselho, se presta a oportunidade de expressar o nosso reconhecimento pela maneira aberta com se prontificou a proporcionar-nos esta sessão.

Na exposição base que vai ser-lhes feita pelo director-geral do Gabinete e nas que se lhe seguirão, pro-

(Continua na 4.ª página)

EPOCA

diário de grande informação

ANO IV LISBOA N.º 1148
25 de Abril de 1974
QUINTA-FEIRA
8 PAGINAS Preço: 750

ACORDO ENTRE AS CORPORACOES DA LAVOURA E DA INDUSTRIA ESTABELECIDOS OS PREÇOS MÍNIMOS DA MADEIRA DE PINHO E DE EUCALIPTO DESTINADA ÀS FÁBRICAS DE PASTAS CELULÓSICAS



DOIS NOVOS POSTOS CLINICOS INAUGURADOS PELO DR. IVO CRUZ NO ÚLTIMO DIA DA SUA VISITA AOS DISTRITOS DA GUARDA E DE COIMBRA

COIMBRA — Terminou a visita de trabalho que o subsecretário de Estado e Segurança Social Dr. Duarte Ivo Cruz efectuou durante três dias aos distritos da Guarda e de Coimbra.

...PARA QUE A PALAVRA CHEGUE A TEMPO ATENÇÃO, LEITOR: A PARTIR DE 1 DE MAIO SOBRESCRITO SEM DIMENSÕES MÍNIMAS NÃO SEGUE

No gabinete do ministro da Agricultura e do Comércio, Dr. Moita de Campos, foi assinado ontem, ao fim da manhã, um importante acordo firmado pelas Corporações da Lavoura e da Indústria de estabelecimentos dos preços mínimos da madeira de pinho e de eucalipto, com e sem casca, posta sobre camião ou vagão nas fábricas de pastas celulósicas e de painéis de fibras e de partículas. Aquilo membro do Governo, que tinha a seu lado o subsecretário de Estado do Comércio, Dr. Henrique de Almeida, lavrou o seu despacho de homologação do mesmo acordo imediatamente após a leitura do respectivo texto. Encontravam-se presentes, além dos presidentes de cada uma das instituições representativas dos sectores privados nele interessados, Dr. Francisco Barreto Castel-Branco e Eng.º Rui Teixeira Lepo; os secretários-gerais das duas Corporações, Álvaro da Piedade Abreu e Dr. Basílio Horta; os técnicos Eng.º Frederico Fimetal e Dr.ª Sara Cabral, e vários industriais do ramo das celulosas.

São fixados pelo despacho ministerial emitido com base no acordo os seguintes preços: 41000/mt, para a madeira descasada de eucalipto globuloso ou equivalente; 20000/mt, para a madeira com casca de eucalipto globuloso ou equivalente; 20000/mt, para a madeira descasada de pinheiro; e 20000/mt, para a madeira com casca de pinheiro.

(Continua na 2.ª página)

Combate à praga do «piolho» do trigo O GOVERNO SUPORTA O ENCARGO DE METADE DO CUSTO DOS TRATAMENTOS



(Continua na 4.ª página)

UM MOVIMENTO MILITAR DEPOE O GOVERNO

O PROF. MARCELLO CAETANO RENDEU-SE AO GENERAL ANTÓNIO DE SPINOLA

EPOCA

diário de grande informação

ANO IV LISBOA N.º 1149
26 de Abril de 1974
SEXTA-FEIRA
8 PAGINAS Preço: 750



O general António de Spínola ao abandonar o quartel do Carmo depois de receber a rendição do Governo do Prof. Marcello Caetano

Ontem, de manhã, a cidade foi surpreendida com um movimento militar. Foram-se algumas unidades no Terreiro do Paço, Rossio, Largo do Camões, Rua da Misericórdia e Largo do Carmo, apoiadas por blindados e autocarroalinhados.

Entretanto, através do Rádio Clube Português, era divulgado que a responsabilidade da intervenção militar pertencia ao «Comando do Movimento das Forças Armadas», decidido a derrubar o Governo.

Em sucessivos comunicados, o público foi tomado conhecimento de que o Comando controlava a Emissora Nacional, a Televisão, aeroportos, incluindo o da Portela, ocupava o Ministério do Exército, o Quartel-Generais de Lisboa e do Porto, o Quartel-Mestre General do Exército e outros pontos-chaves.

A população atônica, curiosa, seguiu de perto as operações, confraternizando com os soldados e procurando identificar os motivos do movimento.

ISOLADAS AS PRAÇAS DO COMERCIO E DO MUNICIPIO

A vida, em certas zonas da cidade, fazia-se normalmente às primeiras horas da manhã. As pessoas tinham, como habitualmente, apenas se movimentavam ali nos Rossios, continuando todos os seus encontros e os transportes colectivos circulavam já, bem como os comboios das linhas de Sintra e de Estoril.

Nas zonas da Avenida, Praça do Chile, Campo Santana, Praça dos Restauradores, Príncipe Real e Rua da Misericórdia, os estabelecimentos começaram a abrir as portas e aumentava, progressivamente, o movimento de pessoas nas ruas.

GARANTIR A SOBREVIVÊNCIA DA NAÇÃO COMO PÁTRIA SOBERANA NO SEU TODO PLURICONTINENTAL

—É UM DOS COMPROMISSOS DA JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL PERANTE O PAÍS SEGUNDO A PROCLAMAÇÃO QUE O GENERAL ANTÓNIO DE SPINOLA LEU À NAÇÃO

Foi somente à 1 hora e 30 da madrugada de hoje que a Nação tomou conhecimento da constituição da Junta de Salvação Nacional, quando as individualidades que dela fazem parte apareceram nos ecrãs da Televisão.

O locutor da R.R.T. identificou os componentes da Junta: capitão-de-fragata Roca Costinho, capitão-de-mar-e-guerra Pinheiro de Azevedo, general Francisco da Costa Gomes, general António de Spínola, brigadeiro Jaime Silvério Marques, coronel Carlos Galvão de Melo e general Manuel Diogo Neto, este último ausente do País.

O general António de Spínola, que preside à Junta, leu então o seguinte texto:

Proclamação da Junta de Salvação Nacional: Em obediência ao mandato que acaba de lhe ser confiado pelas Forças Armadas, após o triunfo do Movimento, em boa hora levada a cabo pela sobrevivência nacional e pelo bem-estar do Povo Português, a Junta de Salvação Nacional, a que presido, constituída por imperativo de assegurar a ordem e de dirigir o País para a definição e consecução de verdadeiros objectivos nacionais, assume perante o mesmo o compromisso de:

- Garantir a sobrevivência da Nação como Pátria soberana no seu todo pluricontinental;
- Promover desde já a consciencialização dos Portugueses permitindo plena expressão a todas as correntes de opinião, em ordem a acelerar a constituição das associações cívicas que hão-de polarizar tendências

(Continua na 2.ª página)



Forças militares evoluem pela massa de população

CARGA AÉREA
IMPORTAÇÃO-EXPORTAÇÃO
TRANSITOS-FRANQUEAMENTO
VIAGENS
SEÇÕES ESPECIALIZADAS
AGÊNCIA ABREU
Lisboa — Av. da Liberdade, 160
Tel. 32 00 21
Porto — Av. dos Aliados, 207
Tel. 3 79 21

Jornal do Comércio

Director: CARLOS MACHADO

FELTROS INDUSTRIAIS
macios e comprimidos
— alemães —
CASA CHAVES GAMINHA
Lisboa Porto

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: RUA DR. LUIS DE ALMEIDA E ALBUQUERQUE, 5 — LISBOA-2 * TELEFONE PPO 36 90 93 — TELEX N.º 12 537 P * PROPRIEDADE DA EMPRESA DO JORNAL DO COMÉRCIO, S. A. R. L.



MEDALHA DA IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA PARA O CHEFE DO ESTADO — O almirante Américo Thomaz ao receber ontem à tarde, no Palácio Nacional do Belém, o administrador-geral da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, dr. Higinio de Meneses, e os demais elementos do conselho de administração da mesma empresa pública, deputado Silva Mendes, drs. Ruben Leitão e Ramiro Farinha, e José Manuel Chartens, que foram oferecer-lhe exemplares das medalhas comemorativas da fusão das duas empresas e da inauguração, a efectuar amanhã à tarde, com a presença do ministro do Interior, da Livraria do Estado na cidade do Porto

CORRIDA PRESIDENCIAL FRANCESA

MELHORA A POSIÇÃO DE GISCARD D'ESTAING

PARIS, 24 — (R. e F. P.) — O ministro das Finanças, Giscard d'Estaing, distanciou-se mais um ponto à frente do seu rival gaullista,

Jacques Chaban-Delmas, na corrida presidencial francesa, melhorando mais ainda as suas perspectivas de se defrontar com o candidato da Esquerda Unida, François Mitterrand, no escrutínio decisivo de 19 de Maio.

Os dados obtidos por uma sondagem publicada hoje pelo vespertino «France Soir» mostram Mitterrand ligeiramente vacilante, (Continua na 6.ª página)

INDÚSTRIAS NACIONAIS EM FACE DA CRISE PETROLÍFERA:

A CONJUNTURA PETROLÍFERA AGRAVOU AS DIFICULDADES NA INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS

(Reportagem de João Rosa, na página 3)

ACORDO LAVOURA-INDÚSTRIA SOBRE OS PREÇOS MÍNIMOS DO PINHO E DO EUCALIPTO

(Página 4)

O JAVALI

por Agustina Bessa-Luis (Página 7)

MORREU BUD ABBOTT — O MAGRO DA CÉLEBRE DUPLA DO CINEMA

(Página 23)

HOJE
40
páginas
NO 3º **CADERNO**
automobilismo

PROSPECÇÃO DE ENERGIA A PARTIR DO CALOR TERRESTRE

por NIGEL HAWKS

A primeira tentativa para atingir as enormes reservas de energia existentes nas rochas altamente aquecidas das profundidades da crosta terrestre, começou num vulcão extinto a 20 milhas de Los Alamos, no Novo México, E. U. A. No planalto Jamez, uma sonda de prospecção começou a perfurar através de 5000 pés de rocha, até uma região de granito quente. A esta profundidade calcula-se que a rocha esteja 200 graus centígrados mais quente do que a superfície, armazenando vastas quantidades de calor. Se a técnica para a extração deste calor provar ser viável, as experiências terão aberto uma nova fonte de energia, de dimensão quase incalculável.

A dificuldade reside em extrair o calor e utilizá-lo. Fontes naturais de calor já foram utilizadas para gerar electricidade e existe um crescente interesse pelas fontes subterráneas de água quente, ou salmoura, mas as experiências do Novo México, organizadas por um grupo de um laboratório científico de Los Alamos, são uma tentativa, para explorar uma reserva muito mais vasta — as rochas quentes. A técnica que estão a aplicar (Continua na 6.ª pág.)

O BANCO PINTO & SOTTO MAYOR NO EXERCÍCIO DE 1973

O conselho de administração do Banco Pinto & Sotto Mayor, no relatório apresentado à assembleia geral dos accionistas, refere-se ao projecto do IV Plano de Fomento aprovado pela Assembleia Nacional e lamenta que no domínio financeiro o referido projecto preveja algumas medidas

(Continua na 6.ª página)

BOLSA DE LISBOA

TOM FROUXO

As poucas indicações de ligeira melhoria, verificadas sobretudo por parte dos valores diversos, não modificaram a tendência geral do mercado das acções, que continuou a exibir características de baixa.

COTAÇÕES NA PÁGINA 24

ESTABELECIDOS

OS TEMAS DO II ENCONTRO ECONÓMICO

ANGOLA-MOÇAMBIQUE

LOURENÇO MARQUES, 24 (L.) — Encontram-se já estabelecidos os temas a ser discutidos por empresários e homens de negócios de Moçambique e de Angola que, por iniciativa do Banco de Crédito Comercial e Industrial, se vão reunir em Lourenço Marques.

(Continua na 2.ª página)



A PRIMEIRA ETAPA DA «VUELTA» — Eddy Peelman, da Bélgica, que aparece na gravura a bater ao sprint todos os demais concorrentes à chegada a Almeria, foi o vencedor da 1.ª etapa da «Vuelta». Roger Swerts permaneceu com a camisola amarela, encontrando-se Joaquim Agostinho na 10.ª posição, a uns escassos dez segundos do corredor belga (Desenvolvimento em Desportos, na página 9)



ESTAMOS CERTOS COM O NOSSO TEMPO!

BANCO ESPÍRITO SANTO E COMERCIAL DE LISBOA

ORGANIZAÇÃO E CONTABILIDADE POR DECALQUE
♦ MANUAL MECÂNICA E ELECTRONICA
Av. Duque de Loulé, 75-3.º — LISBOA-1

Jornal do Comércio

Director: CARLOS MACHADO

BROEMME (PORTUGAL)
TRANSPORTES INTERNACIONAIS, LDA.
Serviços regulares e semanais de comboio e vagão em grupagem e completo, através de toda a Europa.
LISBOA — R. dos Bacalhoados, 125-3.º
Tel.: 87 40 31/8
PORTO — R. de S. João, 68
Tel.: 2 73 47

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: RUA DR. LUIS DE ALMEIDA E ALBUQUERQUE, 5 — LISBOA-2 * TELEFONE PPO 36 90 93 — TELEX N.º 12 537 P * PROPRIEDADE DA EMPRESA DO JORNAL DO COMÉRCIO, S. A. R. L.

MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

O GOVERNO RENDEU-SE INCONDICIONALMENTE AO GENERAL ANTÔNIO DE SPÍNOLA QUE PRESIDE À JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL

As Forças Armadas do País, em pronunciamento quase unânime, desencadaram, na madrugada de ontem, um movimento, com a intenção expressa de sanear as instituições, eliminar as ilegalidades e abusos do Poder, definir uma política ultramarina que conduza à paz entre os portugueses de todas as raças e credos, e restituir ao povo português as liberdades cívicas de que tem sido privado. Sem derramamento de sangue, as Forças Armadas depressa se apoderaram dos principais pontos estratégicos do País, anulando, antes mesmo que se esboçassem, quaisquer possíveis resistências das forças adversas.

Estas forças, concentradas no Quartel da G.N.R., no Carmo, onde se encontravam o Presidente do Conselho e alguns membros do Governo, e ainda noutras, poucas, unidades foram rapidamente neutralizadas. Não chegou a haver confrontos, embora a expectativa se mantivesse até ao fim do dia.

A população veio para a rua e aderiu, com entusiasmo, ao pronunciamento. Finalmente, após algumas horas de verdadeira emoção, o Governo rendia-se incondicionalmente ao general António de Spínola.



General António de Spínola, presidente da Junta de Salvação Nacional, quando dirigia a sua proclamação ao País

PROCLAMAÇÃO DA JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL

A 1 e 25 de hoje, foi apresentada através do Rádio e Televisão, a Junta de Salvação Nacional, cuja constituição é a seguinte:

- guerra José Baptista Pinheiro Azevedo
- General Francisco da Costa Gomes
- General António de Spínola (Presidente)
- Brigadeiro Jaime Silvério Marques
- Coronel Carlos Galvão de Melo
- General Manuel Diogo Neto, que está ausente da Metrópole

QUEM SÃO OS MEMBROS DA JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL (PÁGINA 7)

2.ª EDIÇÃO

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

A Junta de Salvação Nacional anunciou a próxima realização de uma conferência de imprensa, para assistir à qual já se encontram em Lisboa numerosos jornalistas estrangeiros, muitos dos quais entraram no País durante a madrugada.

APOIO POPULAR AO MOVIMENTO

Na Rua da Trindade e Largo Rafael Bordalo Pinheiro e do Carmo, em frente do Quartel da G. N. R., a concentração de populares foi espectacular, atingindo largas centenas, se não milhares de pessoas. Em certos momentos, as tropas revoltosas eram saudadas com extraordinário entusiasmo.

Na Rua da Trindade e Largo Rafael Bordalo Pinheiro e do Carmo, em frente do Quartel da G. N. R., a concentração de populares foi espectacular, atingindo largas centenas, se não milhares de pessoas. Em certos momentos, as tropas revoltosas eram saudadas com extraordinário entusiasmo.

O ALMIRANTE AMÉRICO THOMAZ E O PROF. MARCELLO CAETANO com residência fixada na Madeira

Pouco depois das 5 e 30, foram conduzidos do quartel de Engenharia 1, na Pontinha, para o aeroporto, onde tomariam um avião que os conduziria à Madeira, o prof. Marcello Caetano, ex-Presidente do Conselho, o dr. César Moreira Baptista e o prof. Silva Cunha, ex-ministros do Interior e da Defesa.

Directamente da sua residência no Restelo, e para o mesmo efeito, seguiu para o aeroporto o almirante Américo Thomaz, chefe do Estado deposto.

Todos ficarão com residência fixada na ilha da Madeira.

Na margem sul do Tejo, a reacção inercial das populações, cerca das 9 horas, foi a de se lançarem numa corrida desenfreada aos estabelecimentos, à procura de mantimentos.

Mais tarde, cerca das 13 horas, já a calma se estabeleceu.

ESTÃO HOJE ENCERRADOS OS ORGANISMOS BANCÁRIOS

De harmonia com informações em nosso poder, os organismos bancários encontram-se hoje encerrados.

República

Fundado por
ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA

Director
RAUL RÉGO

PROPRIEDADE DE EDITORIAL REPUBLICA
REDACÇÃO ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: RUA DA MISERICÓRDIA, 118 - LISBOA 2
TELEFONES: 32 65 32 - 32 51 38 - 32 53 24

ANO 62 (2.ª SÉRIE)
N.º 15 421
QUINTA-FEIRA
25 DE ABRIL
1974
Preço 2\$50

As Forças Armadas tomaram o poder

3.ª EDIÇÃO



General Costa Gomes



General António de Spínola

PELO POVO E PELAS SUAS LIBERDADES

As Forças Armadas assumiram perante o País a maior das responsabilidades ao tomarem conta do poder. O acto de força só será útil e terá a sua justificação, na medida em que contribua para dar a todos os portugueses participação efectiva no Governo da Nação. Não pode de forma nenhuma substituir um autoritarismo a outro; muito menos pode representar a continuação de um sistema autocrático iniciado com o golpe militar de 26 de Maio de 1926.

A Ditadura Militar então instaurada teve continuidade no

regime censório e policial que até hoje nos tem governado sem nos ouvir. As liberdades fundamentais do homem não têm sido respeitadas e os destinos do País têm sido traçados sem que os portugueses tenham sido ouvidos. Nem sequer os direitos consignados na Constituição têm sido respeitados, durante limitados por leis de autêntico arbítrio. Imposto o silêncio aos que se não dispuseram a ser elementos dóceis do poder, privação da liberdade muitos cidadãos, atirados outros para o exílio,

(Continua na 9.ª pág.)

O GOVERNO RENDEU-SE ÀS CINCO DA TARDE E AS TROPAS DO MOVIMENTO ENTRARAM NO CARMO

Treze horas e vinte e dois minutos após ter sido difundido o primeiro comunicado do Movimento das Forças Armadas, terminou o cerco ao quartel do Comando-Geral da G. N. R., no Largo do Carmo, montado desde as 13 horas por forças do Regimento da

(Continua na última pág.)

OS GENERAIS SPÍNOLA E COSTA GOMES DEVEM VIR A FORMAR UMA JUNTA MILITAR

Eram exactamente 4 horas e 32 minutos de hoje quando o Rádio Clube Português interrompeu a sua emissão normal para transmitir o seguinte:

«Daqui Posto de Co-

mando do Movimento das Forças Armadas:

As Forças Armadas Portuguesas apelam para todos os habitantes da cidade de Lisboa no sentido de recolherem a

(Continua na pág. seguinte)

LIDA NA TV A PROCLAMAÇÃO DA JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL

(LER NA ÚLTIMA PÁGINA)

ESTE JORNAL NÃO FOI VISADO POR QUALQUER COMISSÃO DE CENSURA

República

Fundado por
ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA

Director
RAUL RÉGO

PROPRIEDADE DE EDITORIAL REPUBLICA
REDACÇÃO ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: RUA DA MISERICÓRDIA, 118 - LISBOA 2
TELEFONES: 32 65 32 - 32 51 38 - 32 53 24

ANO 62 (2.ª SÉRIE)
N.º 15 422
SEXTA-FEIRA
26 DE ABRIL
1974
Preço 2\$50

O PROGRAMA DO MOVIMENTO

- EXTIÇÃO IMEDIATA DA D. G. S., LEGIÃO E A. N. P.
- AMNISTIA IMEDIATA PARA OS PRESOS POLÍTICOS
- ABOLIÇÃO DA CENSURA E EXAME PRÉVIO
- REORGANIZAÇÃO E SANEAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS
- COMBATE EFICAZ CONTRA A CORRUPÇÃO
- PERMITIDA A FORMAÇÃO DE «ASSOCIAÇÕES POLÍTICAS»
- LUTA CONTRA A INFLAÇÃO E A ALTA DO CUSTO DE VIDA

2.ª EDIÇÃO

Considerando que, ao fim de treze anos de luta em terras do Ultramar, o sistema político vigente, não conseguiu definir concreta e objectivamente, uma política ultramarina que conduza à paz entre os portugueses de todas as raças e credos;

considerando que a definição daquela política só é possível com o saneamento da actual política interna e das suas instituições, tornando-as pela via democrática indiscutidas representantes do Povo Português;

considerando ainda que a substituição do sistema político vigente terá de processar-se sem convulsões internas que afectem a paz, o progresso e o bem-estar da Nação;

O Movimento das Forças Armadas Portuguesas, na profunda convicção de que interpreta as aspirações e interesses da esmagadora maioria do Povo Português

(Continua na 11.ª pág.)



O nosso jornal saiu ontem pela primeira vez desde há mais de quarenta anos, sem ir à Censura. Podemos informar os nossos leitores que da Secretaria de Estado da Informação e Turismo nos telefonaram para enviarmos provas ao Exame Prévio. Do Exame Prévio insistiram diversas vezes, pedindo provas. Mas os nossos leitores tiveram um jornal, como saiu dos trabalhadores que o fazem. Assinalamos também que foi «República» o primeiro jornal a anunciar o fim do regime que dominou a Nação durante 48 anos. Como se vê da insistência do Exame Prévio, não saíram a bem os homens que pela força obtiveram o poder e que só à força o abandonaram

OS QUE NÃO VIRAM O DIA DE ONTEM

A euforia do povo de Lisboa constitui um plebiscito. Como o foram as manifestações do fim da Guerra, as consentidas do MUD das candidaturas de Norton de Matos e Humberto Delgado, todas aquelas em que foi permitido ao povo exprimir o seu sentimento.

Foi longa a noite, muito longa e durante ela muitos foram os combatentes abatidos uns na aspreza do combate ou que a morte foi levado. Nomes? São tantos aqueles que desejaram ver o ruir dos muros da cadeia e contra eles se esforçaram, desde os que em 3 de Fevereiro, no Porto, e em 1 de Fevereiro em Lisboa, se revoltaram com Sousa Dias e Fernando Freiria, Jaime Cortesão, e Jaime de Morais, e de que está ainda presente João Sarmento Pimentel, no dis-

tante exílio de São Paulo, que dificilmente se podem citar todos. E foram realmente legião desde nomes conhecidos ou simples anónimos, abatidos a tiro no Rato, ou no meio das febres do Campo de concentração do Tarrafal.

Agostão Lança e Ribeiro de Carvalho, Francisco de Araújo, Arcoz Feio, tantos outros militares que não abdicaram jamais dos seus direitos cívicos e por isso tiveram a prisão e o exílio! Alvaro de Castro foi dos primeiros a partir; Helder Ribeiro José embora há meses. Entre eles toda aquela intangível dos Joventes Turcos, com Vítorino Godinho, Américo Olavo, Vítorino Guimarães, outros.

Dos homens públicos da Primeira República, desde Afonso Costa a Cunha Leal passando por Domín-

(Continua na 15.ª pág.)

A P. I. D. E. - D. G. S. RENDEU-SE ESTA MANHÃ

(Ler na última página)

24 PÁGINAS

ESTE JORNAL NÃO FOI VISADO POR QUALQUER COMISSÃO DE CENSURA



Nº 183 — 27 - 4 - 74

DIRECTOR: SILVA NOBRE

PREÇO — 5100

**JÁ ESTÃO FARTOS
DE ME ACONSELHAR
A IR PARA A
POLÍTICA...**

**...MAS EU
GOSTAVA
MAIS DE UM
EMPREGO
DECENTE
E
HONESTO!**



Nº 184 — 4 - 5 - 74

DIRECTOR: SILVA NOBRE

PREÇO — 5100

**QUE LIMPEZA SÓ NUMA SEMANA
DE TANTO SAFARDANA!!!**





A CAPITAL



Apareceu na tarde de 21 de fevereiro de 1968, por iniciativa de um grupo de 10 jornalistas, que criou a empresa Sociedade Gráfica de A Capital, SARL. Começou por ser dirigida por Norberto Lopes e Mário Neves, que evocaram o legado do saudoso “diário republicano da noite”, e afirmaram a sua independência política e financeira. Extinguiu-se em 30 de julho de 2005. Em Abril de 1974, estava sediada na rua Joaquim António de Aguiar. Parte do seu capital pertencia agora à banca. A nova direção, confiada dois meses antes a Henrique Martins de Carvalho, coadjuvado por José Júlio Gonçalves, fora mandatada para alinhar (politicamente) o discurso produzido por alguns redatores. A julgar pelos caracteres desmesurados que enchem por completo a primeira página da edição de 25, alguma tensão se acumulara. Num grito apregoavam: “Golpe militar: Movimento das Forças Armadas desencadeia acção de madrugada”. Embora aquele padrão gráfico, definido pela escala inusitada, fosse típico deste jornal, naquele dia parecia ampliado pela força do que comunicava. Na página seguinte, um imenso “Apelo à calma e ao civismo” dá o tom à narrativa cronológica dos acontecimentos, que se desenvolve pelas outras. As fotos, grandes também, mostram uma cidade povoada de tropas, tudo gente comum, em movimento ou conversa descontraída. Os comunicados emi-

tidos pela rádio e algumas “breves” sobre o curso da Revolução pelo país completaram esta primeira abordagem. Faziam parte da redação mais de três dezenas de jornalistas, entre os quais: Rodolfo Iriarte, Cáceres Monteiro, Apio Sottomayor, Maria Teresa Horta, Pedro Vieira, Silva Marta, etc. No dia seguinte, o maior destaque foi concedido ao programa da Junta de Salvação Nacional, apresentado num encontro com a imprensa. Mas o que podia marcar a diferença eram as histórias vividas pelos repórteres na cidade, por isso ninguém lhes regateou o espaço para que partilhassem os seus testemunhos, que transpiram a mesma emoção que se vivia nas ruas. Distanciamento e isenção parecem impossíveis de cumprir. Os jornalistas d’A Capital viveram a Revolução e defenderam-na sem reservas, ao ponto de lançarem sentenças contra os populares que não tinham respeitado os apelos do MFA: “Come hoje pão seco quem o açambarcou ontem”. As fotos revelavam agora o rosto dos líderes emergentes, sobretudo o do general Spínola e outros membros da Junta de Salvação, e o povo nas ruas em festa. Mas a imagem do jornalista Mário Ventura Henriques, no pátio da prisão de Caxias, de mãos no rosto a tentar sustentar a comoção, reproduz como nenhuma outra a descompressão que modelou aqueles dias.

Rita Correia

COMÉRCIO DO FUNCHAL



Jornal semanário, começou a editar-se em setembro de 1934, propriedade da Empresa Gráfica Comércio do Funchal e dirigido por Álvaro M. Teixeira. Em 25 de abril de 1974 tinha a redação e administração no Funchal, na rua do Carmo, n.º 23, 2.º. Era composto e impresso na Tipografia Minerva, na rua dos Netos, n.º 20. O seu diretor e proprietário era João Carlos da Veiga Pestana, que o adquirira em 1967. Jornal regional de projeção nacional, político e de esquerda, o “jornal cor-de-rosa”, como era conhecido, atravessava um “período de ouro”, conhecendo tiragens da ordem dos 14 a 15 mil exemplares. Em torno de um dos seus principais dinamizadores – Vicente Jorge Silva, que viria a ser diretor interino do jornal a partir de junho de 1974 – constituiu-se um corpo de colaboradores que integrava nomes como António Mega Ferreira, Fernando Dacosta, José António Barreiros, José Manuel Barroso, Júlio Henriques, além de jovens jornalistas do arquipélago, como Luís Maria Angélica, Ricardo França Jardim ou José Maria Amador. Com um histórico consolidado de oposição ao regime,

a primeira edição imediata à Revolução com circulação no Continente, em 9 de maio (a edição especial sobre o 25 de Abril, com uma tiragem de 10.000 exemplares, teve circulação exclusiva na Madeira), com a imagem da manifestação do 1.º de Maio no Funchal com honras de capa, apresenta uma continuidade com a linha editorial anterior, com as habituais matérias sociais (condições de vida e de trabalho), mas agora libertas dos condicionamentos da censura prévia, e por isso mais assertivas no ataque ao colonialismo e às estruturas do anterior regime (que adjetiva reiteradamente de “fascista”), no tratamento da questão do movimento operário ou nas interrogações sobre os futuros jogos de coligação partidários. Em editorial, o *Comércio do Funchal* perspetiva para si mesmo um posicionamento distinto na conjuntura que se inaugurava, menos noticioso e mais de intervenção no debate ideológico já em marcha. Só o faria até 24 de abril de 1976, data em que publicou o seu último número.

João Carlos Oliveira



O COMÉRCIO DO PORTO



Há 40 anos, *O Comércio do Porto* já era um clássico da imprensa portuguesa. Originário de *O Commercio* (1854), foi a mais antiga escola de jornalismo e pioneiro em ações filantrópicas, ultrapassando ditaduras e censuras, extinguindo-se (2005) quando era o mais antigo jornal do continente português. Segundo o cabeçalho da época, teve como fundadores Henrique Carlos de Miranda e Manuel de Sousa Carqueja, Francisco de Sousa Carqueja e Bento Carqueja. Em 1974, era dirigido pelo economista Alípio Dias, desde dezembro passado, mantendo-se nessa função até 15 de maio. A empresa era, desde setembro de 1973, propriedade do Grupo Quina (70%) e da família Seara Cardoso. Na madrugada da mudança de regime, desde as 4h30 que a redação da Avenida dos Aliados acompanhava a evolução dos acontecimentos, mas não consegue noticiá-los na edição da manhã. Na primeira página desta edição, dá conta de que, nesse preciso dia, passavam 100 anos sobre o nascimento do inventor italiano Marconi, o “Pai da Rádio”, precisamente a 25 de abril de 1874. Esse artigo de *O Comércio do Porto* fora escrito na véspera, mal se supondo que a Rá-

dio viria a ser fundamental na eclosão revolucionária deste 25 de Abril, em Portugal. Uma coincidência do tamanho da própria importância da transmissão radiotelegráfica inventada pelo aniversariante póstumo. E, no dia em que a imprensa não parou (em Lisboa e no Porto), este diário portuense publicaria, por volta das 18h30, uma segunda edição, agora com o relato pormenorizado e muito ilustrado do golpe militar. A do dia seguinte, 26 de abril, destaca na sua primeira página uma foto captada em Lisboa e outra no Porto, acompanhadas das fotos de cinco elementos da Junta de Salvação Nacional presentes na RTP. Nas páginas interiores, as notícias sobre o acontecimento ocupam as cinco destinadas à secção “Nacional”. Imediatamente após o 25 de Abril, *O Comércio do Porto* assumiu-se contra a anarquia e defendeu a ordem e o respeito pelo Estado de direito, o que fez subir as tiragens para mais de 100.000 exemplares por dia, face aos 30.000 que registava anteriormente, vivendo, nos anos ulteriores, alguns períodos de forte interesse por parte dos leitores.

Jorge Mangorinha

DIÁRIO DE LISBOA



Apregoado pela primeira vez a 7 de abril de 1921, manteve-se até 30 de novembro de 1990. A iniciativa coube ao banqueiro António Vieira Pinto, mas uns meses depois o jornal passou a ser propriedade da Renascença Gráfica, Lda. Joaquim Manso, um dos acionistas, assumiu a direção e manteve-a até 1956. Este título nasceu sob o signo das liberdades ameaçadas e pouco depois estranguladas pelo regime ditatorial do Estado Novo. Nunca lhe mereceu simpatia, pelo contrário. O *Diário de Lisboa* manteve sempre uma postura vigilante e tão crítica quanto era possível ser naquele tempo. Em abril de 74, estava instalado na rua Luz Soriano, no Bairro Alto. Era dirigido por António Pedro Ruela Ramos, e contava com uma equipa de mais de 30 redatores: Armando Pereira da Silva, Fernanda Mestrinho, José Freire Antunes, Luis Sttau Monteiro, Maria Judite Carvalho, Mário Castrim, Nuno Rocha, Urbano Tavares Rodrigues... Como outros vespertinos, quando saiu para as bancas já a Revolução ia adiantada, dedicando-lhe 7 das 28 páginas do caderno principal. Fez manchete com os comunicados do MFA, a rendição de Marcelo Caetano no quartel do Carmo, e a assunção do

poder pelo general Spínola. Os seus repórteres fizeram a história dos principais acontecimentos em Lisboa, reproduzindo o entusiasmo que se vivia nas ruas. Noticiou o desenrolar da Revolução no país, as primeiras reações nas colónias e, em nota irónica, fez título da “Falta de quórum na Assembleia Nacional” naquele dia. A edição esgotou-se, obrigando a ativar as rotativas uma segunda vez. A edição do dia seguinte, 26 de abril, foi quase toda dedicada à Revolução, 16 das 20 páginas. O relato dos principais acontecimentos da manhã de Lisboa – apresentação do programa do MFA e da Junta de Salvação Nacional, no quartel da Pontinha (8h); ocupação de Caxias e a libertação dos presos políticos (8h30); rendição da PIDE-DGS, na rua António Maria Cardoso (9h30) – fizeram a primeira página, desenvolvendo-se por outras. A foto do “minuto zero” remetia ainda para o Largo do Carmo. Alguns episódios de resistência registados pelo país; o balanço dos mortos e feridos; a reação dos movimentos de libertação africanos; o impacto na imprensa estrangeira e nas instituições internacionais também mereceram atenção. Como na véspera, extraiu 2.ª edição. Rita Correia



DIÁRIO POPULAR



Começou a publicar-se a 22 de setembro de 1942 e extinguiu-se a 28 de setembro de 1991. Propriedade da Sociedade Industrial de Imprensa, o vespertino ficou sob a direção de António Tinoco. Nascido nos anos áureos do Estado Novo, o jornal revelou sempre uma lealdade militante ao regime. À data da Revolução, tinha sede na rua Luz Soriano, no Bairro Alto. Martinho Nobre de Melo assegurava a direção, e do corpo da redação faziam parte: Fernando Teixeira, Acácio Barradas, Jacinto Batista, Manuel Magro, Rego Chaves, entre outros. Dada a sua orientação, não se estranha o tom contrafeito das primeiras notícias da edição de 25 de abril. Destacou os episódios que testemunhavam a resistência oferecida pelas forças militares fiéis ao regime, como aquele que foi reportado na foto da primeira página e que a legenda esclarece: "A meio da manhã, na rua do Arsenal, frente a frente forças fiéis ao Governo e forças revolucionárias". No interior, fotos, títulos e prosa recriam um ambiente de tensão, confronto militar: "Alarme numa cidade com ruas desertas"; "No Cais do Sodré: tropas fiéis ao governo". Através de um discurso vago e confuso procurava persuadir-se o leitor de que nada

estava resolvido. Noticiaram a deslocação de tropas, de vários quartéis, para Lisboa ou com "destino desconhecido"; e referenciaram o MFA com diversas designações, como "forças militares", "movimento militar", "forças sublevadas", "dissidentes", "revolucionárias", etc., que se cruzavam sem critério: "A Emissora Nacional ocupada pelos militares difunde os comunicados das forças sublevadas". No dia seguinte, o *Diário Popular* usou um discurso mais festivo e fotos também. O tema que mereceu mais atenção foi o da apresentação da Junta de Salvação Nacional, que chamou logo à primeira página, ilustrando-a com uma foto do general Spínola. Mas silenciaram os disparos feitos sobre a multidão a partir da sede da DGS, anunciando uma rendição "Sem tiros nem violência". Noticiaram as cinco edições extraídas no dia anterior e vangloriaram-se de terem sido os primeiros a reproduzir a proclamação do MFA. O regresso à "normalidade" do quotidiano na capital e no país, o ambiente no ultramar, as reações de instâncias internacionais e o impacto na imprensa estrangeira mereceram ainda a sua atenção.

Rita Correia

ÉPOCA



Matutino oficioso da Acção Nacional Popular, tinha iniciado publicação a 1 de fevereiro de 1972, substituindo dois órgãos ligados ao regime e entretanto extintos: *A Voz* (1927-1971, a qual, por sua vez, substituíra outra *Época*) e o *Diário da Manhã* (1931-1971). Propriedade da Companhia Nacional Editora era seu diretor Baradas de Oliveira e estava sediado em Lisboa, na rua da Misericórdia, n.º 95. A edição de 25 de abril de 1974 é omissa em relação aos acontecimentos dessa madrugada, devido à hora de fecho prematura do jornal. Ironicamente, o editorial desse dia (não assinado) menoriza as movimentações oposicionistas contra o regime, considerando que "todos os anos, por esta altura, o aparelho de propaganda e agitação do Partido Comunista [adiante referirá Mário Soares] funciona a todo o vapor para uma larga campanha de ataque ao Governo Português. [...] Costuma passar com os pós de Maio". Nesse ano não passou... O jornal de dia 26 já faz referência — sem entusiasmo nem reprovação — ao movimento militar, sendo praticamente a única matéria noticiosa desta edição reduzida (conta só um caderno de oito páginas, metade das edições normais). Na pri-

meira página, à manchete de que "um movimento militar depõe o governo" segue-se o resumo da proclamação da Junta de Salvação Nacional (destacando-se as garantias de manutenção da pluricontinentalidade do país) e a descrição das operações militares executadas, partilhando a mancha com duas fotografias tiradas no Largo do Carmo, uma da multidão, outra de Spínola; nas terceira e oitava páginas contam-se um editorial louvando a serenidade com que se desenrolou a Revolução, notícias sobre a colaboração popular no Porto com as Forças Armadas e a ausência de incidentes em Santarém, e dá-se o rol de feridos na jornada; noticia-se ainda que a sessão legislativa de dia 25 não se realizou por falta de *quórum* (página 8) e publica-se fotografia do hemicíclio com os deputados presentes (página 3). O jornal interrompe a publicação neste mesmo dia 26, sendo retomada a 28 seguinte com outro diretor (José Manuel Pintasilgo), um título modificado (*A Época* e, depois, *A Época Livre*) e nova orientação. A 3 de maio o diretor é substituído por uma Comissão de Redação, mas o jornal só durará até dia nove.

Pedro Teixeira Mesquita



JORNAL DO COMÉRCIO



Matutino lisboeta, começou a publicar-se em 17 de outubro de 1853, propriedade de João Pereira da Silva e Mateus Pereira de Almeida e Silva, com redação, administração e tipografia na Rua de Belver, ao Bairro Alto, mais tarde renomeada rua Dr. Luís de Almeida Albuquerque, no n.º 5. O enfoque nos assuntos comerciais permite defini-lo, nas primeiras décadas, como órgão de classe, empenhado na prosperidade económica do país. O ano de 1971 traz uma mudança de paradigma na história deste jornal que, de diário económico e financeiro, passa a jornal de grande informação. Tendencialmente apolítico, condição reiterada em múltiplos editoriais, adaptou-se à sucessão de regimes que marcaram o século XX português. Motivo pelo qual, no contexto da ditadura, é conotado com o regime. Em 25 de abril de 1974, a direção do jornal cabia a Carlos Rodrigues Machado, que ocupara o cargo em 12 de março desse ano (era diretor-interino desde 16 de agosto de 1972) e o manteria apenas até 22 de agosto de 1974, por exigência dos trabalhadores, que entraram em greve e ocuparam o jornal, exigindo o seu afastamento, sob acusação de simpatia para com o regime deposto e de incompatibilidade de uma linha editorial de extrema-direita. A fase revolucionária do jornal, após uma interrup-

ção de mais de 5 meses, chegaria ao fim em 3 de setembro de 1976, com o seu encerramento definitivo. Era então, com 123 anos, "o diário mais antigo do País", divisa que ostentava há décadas sobre o seu cabeçalho. A edição de dia 25 não contempla qualquer informação sobre o movimento, mas no dia 26 de abril a "rendição incondicional do Governo", a proclamação da Junta de Salvação Nacional, as manifestações de apoio popular ao Movimento e o exílio de Américo Tomás e Marcelo Caetano fazem manchete, assuntos desenvolvidos nas 11 páginas seguintes, com reportagens de Afonso Rato, Amâncio Resende, Costa Garcez, David Lopes, Gomes Barbosa, Grego Esteves, Gustavo Rosa, João Rosa, José Carneiro, Manuel Alpedrinha, Manuel Giraldes, Manuel Neto, Rocha Vieira e Vítor Serra, cobrindo os acontecimentos em Lisboa e no país, dando conta do "estado de espírito" nas colónias e das reações no estrangeiro. Notícias dispersas sobre o encerramento de organismos bancários, perturbações na circulação de transportes, interrupção na distribuição dos CTT, dificuldades nas ligações telefónicas ou a "firmeza do escudo" no mercado cambial deixam revelar a justificada importância que as matérias económicas assumiam neste jornal.

João Carlos Oliveira

NOVIDADES



Matutino oficial do Episcopado Português, publicou-se entre 1923 e 1974, tendo por redatores nomes como Monsenhor Moreira das Neves, o Pe. Miguel de Oliveira, Sebastião da Silva Dias ou Rogério Martins. Acolheu nas suas páginas alguns artigos de Salazar antes de este sobraçar a pasta das Finanças. Em abril de 1974 era dirigido (desde 1948) pelo Pe. António Avelino Gonçalves (havia sido secretário-geral da Acção Católica Portuguesa), que era também seu redator principal, e estava sediado na rua de Santa Marta, n.º 48. Era propriedade da União Gráfica, SARL, empresa editorial do Patriarcado. A edição deste jornal de 25 de abril de 1974 não contém referências à Revolução desse dia, por incompatibilidade entre a hora de fecho de um matutino e o decurso dos acontecimentos — incompatibilidade que os diários alinhados com o regime deposto não procuraram suprir em edições posteriores, como outros títulos fizeram. Só a 26, numa edição reduzida a quatro páginas (metade das habituais oito),

o *Novidades* dará conta da Revolução, dedicando-lhe a primeira e última páginas. À manchete da primeira página, "Após amplo Movimento das Forças Armadas uma Junta de Salvação Nacional tomou conta do Governo" (matéria continuada na última), seguem-se as transcrições da proclamação distribuída em Santarém e dos comunicados do MFA aos microfones do Rádio Clube Português, e dá-se conta da sessão legislativa que não se cumpriu — tudo acompanhado de três fotografias das operações militares em vários pontos da cidade; na última página continuam-se estas matérias e descreve-se o movimento militar no Porto. O exemplar do *Novidades* de dia 27, regressando ao formato de oito páginas, dará mais ampla cobertura à sequência da Revolução. Mas o jornal torna-se intermitente: não se publica no dia 29, retoma a 30, interrompe publicação após o 1.º de maio e volta, finalmente, no dia 3 de maio para um último número.

Pedro Teixeira Mesquita



REPÚBLICA



Título fundado por António José de Almeida em 1911, iniciou uma 2.ª série em 1930, sob a direção sucessiva de Joaquim Ribeiro de Carvalho e de Jaime Carvalhão Duarte. Era, desde agosto de 1972, dirigido por Raul Rêgo e tinha por chefe de redação Vitor Direito, liderando uma equipa onde se contavam, entre outros, Mário Mesquita, Fernando Assis Pacheco, Jaime Gama, Alberto Arons de Carvalho, Pedro Foyos, José Jorge Letria, José Martins Garcia e Álvaro Guerra — e que vinha consistentemente aumentando tiragens e convertera o *República* no mais influente diário oposicionista nacional não clandestino. Estava instalada na rua da Misericórdia, n.º 116, e era propriedade da Editorial República, maioritariamente detida por dirigentes da oposição socialista. O *República* constituiu-se, nos dias anteriores à Revolução, como centro de apoio civil às operações militares, particularmente pela ação de Álvaro Guerra: na edição de 24 de abril, uma discreta nota chamava a atenção para o programa radiofónico “Limite”, que emitiria a senha *Grândola, vila morena*. No dia 25, depois de o seu diretor se recusar de viva voz a enviar provas ao Exame Prévio, o *República* saiu à rua com uma tarja em rodapé de primeira página anunciando que “Este jornal não foi visado por qualquer comissão de censura”. A manchete categórica — “As Forças

Armadas tomaram o poder” — não era ainda, à hora de publicação do vespertino, factual, relevando mais do desejo e da necessidade de mobilizar os meios populares: a rendição do Carmo só ocorreria horas mais tarde. Estes elementos, tarja e manchete, bem como a maior parte do conteúdo da edição — mais reduzida em páginas do que o habitual, mas inteiramente dedicada à Revolução —, manter-se-iam ao longo das (pelo menos) três edições do *República* publicadas nesse dia, sucessivamente atualizadas entre si mas idênticas nos seus elementos essenciais. Os caminhos da Revolução continuaram a ser copiosamente noticiados e comentados em múltiplas edições diárias dos números subsequentes do *República*. Em maio de 1975, a deflagração do “caso República”, com a ocupação do jornal por um setor radical e a expulsão dos seus corpos dirigentes e redatoriais, levou à queda do IV Governo Provisório, em julho seguinte. O *República*, já descaracterizado, cessaria publicação a 22 de dezembro desse ano. Entretanto, as direção e redação saneadas lançaram o *Jornal do Caso República* (maio-julho de 1975) e *A Luta* (agosto de 1975-1979). Em 1976, *República* saiu à rua com uma tarja em rodapé de primeira página anunciando que “Este jornal não foi visado por qualquer comissão de censura”. A manchete categórica — “As Forças

OS RIDÍCULOS



Nas vésperas do 25 de Abril, as dificuldades financeiras do povo português, o futebol e os festivais da canção (da RTP e o eurovisivo) eram temas propalados nas páginas de *Os Ridículos*, na série editada em 1974 e 1975 e dirigida por Silva Nobre, na rua do Conde Redondo (n.º 12), em Lisboa. A edição de 27 de abril abre com uma frase premonitória: “Já estão fartos de me aconselhar a ir para a política... mas eu gostava mais de um emprego decente e honesto!” (Zé Povinho). Foi escrita e editada antes do pronunciamento militar, pois o “mais antigo semanário humorístico português” esperaria mais de uma semana após os acontecimentos do 25 de Abril para a eles se referir (4 de maio). A capa é elucidativa: sob um fundo vermelho e o perfil de uma fábrica, um operário exalta o seu contentamento, de punhos cerrados, exclamando: “Que limpeza só numa semana!!...” O desenho é de Ferra, caricaturista de serviço deste semanário. Aliás, é dele a maior parte das referências à mudança de regime. Nas páginas interiores, desenha as caricaturas imaginadas de cinco figuras em redor de um Zé Povinho que

parte as grades da prisão. A eles, pergunta-se: “Ora conte-nos que pensa do 25 de Abril”. — “Eu julgava que sabia o que era porrada!” (ex-P.I.D.E./D.G.S.), “O que é que eu hei-de cortar agora? Mas só tenho tesoura... não tenho serrote!...” (ex-Censor), “Agora é que eu quero ver para que serve o desemprego” (ex-Tachista), “Estou desempregado só porque aquele tipo se esqueceu dos canhões em casa!...” (ex-Legionário), “Deixa passar esta linda brincadeira... do bailinho da Madeira! Olha se não me abaixo!...” (Marcelo [Caetano]) e “Mais vale tarde do que nunca” (Zé Povinho). Os textos que à mudança se referem ironizam, por exemplo, aqueles que, afinal, se diziam nunca ter sido alinhados com o regime deposto, ou uma entrevista televisiva a um alfaite do povo que se alegra pela quantidade de casacas para virar e, ainda, a passagem à primeira divisão do clube de todos nós... Portugal. O tema da mudança de regime ainda se sentiria, com natural destaque, em edições seguintes deste semanário, que não ultrapassaria o Verão Quente (1975).

Jorge Mangorinha

O SÉCULO

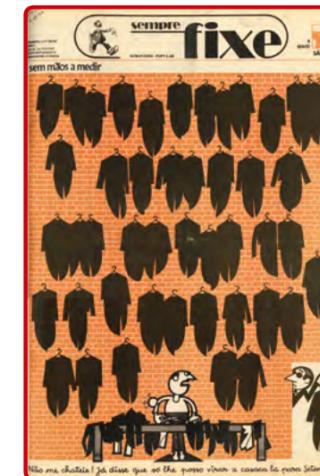


Apresentado ao público em 15 de dezembro de 1880 num número-programa redigido pelo seu diretor-fundador, Magalhães Lima, *O Século* iniciou a publicação regular em 4 de janeiro de 1881, como diário político matutino, de propaganda republicana. Ainda em finais do século XIX, mudanças na estrutura diretiva impuseram-lhe um novo perfil, assumindo a orientação informativa que o viria a firmar como “o jornal de maior circulação em Portugal”, divisa que a partir do início da década de 1920 passa a constar do seu cabeçalho. Nacionalizado em 23 de julho de 1976, viria a ser extinto, por decisão do Conselho de Ministros, em 7 de dezembro de 1979. Em 25 de abril de 1974, era propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia (ligada ao grupo Jorge de Brito), com administração, redação, composição e impressão estabelecidas no Bairro Alto, nos n.ºs 41 a 63 da rua a que dera o nome, por edital de 18 de novembro de 1910. Mantinha o seu prestígio como referencial de qualidade informativa e autêntica escola de jornalistas. O seu diretor de então, Manuel Figueira (definido por alguns como “apoiente do Marcelismo, mas não acrítico”), ocuparia o lugar até ser afastado, em 13 de fevereiro de 1975, e substituído por um diretor-interino eleito em plenário de trabalhadores. Entre os seus colabo-

radores, encontramos nomes como Mário Zambujal, João Carreira Bom, Augusto Abelaira, Urbano Tavares Rodrigues, Adelino Tavares da Silva, Alfredo Barroso, Afonso Cautela, Roby Amorim ou Eduardo Guerra Carneiro. Surpreendida pelos primeiros ecos da Revolução perto das três da manhã de dia 25, e com a edição do dia já fechada, a redação reagiu com um número record de quatro reedições (às 5h30, 11h00, 16h30 e 22h30), nas quais foi atualizando, com honras de primeira página, a informação sobre a vertiginosa progressão do movimento. Num tom sóbrio e rigoroso, as reportagens, não assinadas e amplamente ilustradas, cobrem os acontecimentos nos pontos-chave da cidade, citam responsáveis em discurso direto, traçam perfis biográficos dos protagonistas, dão conta das réplicas no país, da expectativa nas colónias, e das reações no estrangeiro. Num “primeiro e apressado balanço” feito no editorial de dia 26 de abril, registam-se o “comportamento exemplar dos militares” e as “manifestações entusiásticas da população”, mas também a apreensão face à evolução futura do processo revolucionário, apelando-se para que “as paixões se não instalem no lugar da meditação da gravidade deste momento histórico”.

João Carlos Oliveira

SEMPRE FIXE



Na madrugada do 25 de Abril de 1974, o frenesim apodera-se da redação do semanário Sempre Fixe (rua Luz Soriano, 44), à frente da qual Ruella Ramos prepara as notícias dos acontecimentos, mas apenas divulgadas três dias depois. A primeira página tem, sobre o sucedido, duas fotos, dois artigos e uma chamada para as páginas centrais onde se publica uma seleção de desenhos de João Abel Manta cortados pela censura e que supostamente esperavam melhores dias de edição. O exclusivo em parceria com o *Sunday Times*, intitulado “O árbitro que não se vendeu”, é de um outro “campeonato”. Esta primeira página realça que, já em 1926, no ano do seu surgimento (13 de maio) e dirigido por Pedro Bordallo Pinheiro, o *Sempre Fixe* estivera ligado à mudança verificada a 28 de Maio, mas que as intenções anunciadas pelos revoltosos, em não beliscarem os ideais republicanos, acabaram por não se consubstanciar. A ambição do *Sempre Fixe* seria que, em 1974, se concretizassem as promessas revolucionárias de liberdade e progresso. Apresenta, numa única página, uma detalhada cronologia dos acontecimentos, a descrição das manifestações de apoio ocorridas no Porto, a falta de identificação de três dos mortos verificados em Lisboa, bem como um artigo da jornalista

Ângela Caires, que sublinha uma frase da “voz que milhões de portugueses ouviam, a anunciar ao País a queda do Governo” (Luís Filipe Costa): “Por uma coisa destas vale a pena morrer se necessário”. A última página tem mais fotos do sucedido, de Hernando Domingues, e transcreve para português a análise (censurada) do *Sunday Telegraph* (17 de março) sobre a situação política no nosso país, num artigo intitulado “Como uma pena poderosa dividiu Portugal”, a propósito da recente divisão entre Américo Thomaz, António de Spínola e Francisco da Costa Gomes. Conclui o periódico inglês, premeditando: “Aconteça porém o que acontecer no tenso período imediato, a política em Portugal nunca voltará a ser o que era”. Isto, um dia depois do “Golpe das Caldas”, que não terá influído no artigo. O *Sempre Fixe* continuará a dar conta dos desenvolvimentos do país, desde logo apresentando uma notável primeira página na edição seguinte (4 de maio), da autoria de Manta e intitulada “Sem mãos a medir”, com a frase na boca do alfaiate de serviço: “Não me chateie! Já disse que só lhe posso virar a casaca lá para Setembro”. Publicou-se até 23 de agosto de 1975, reunindo, além de Manta, colaboração gráfica notável de Vasco, SAM, Duarte e de Siné.

Jorge Mangorinha





Edição Câmara Municipal de Lisboa – Pelouro da Cultura – Hemeroteca Municipal

Coordenação editorial Álvaro Costa de Matos

Apresentação António Costa e Francisco Pinto Balsemão

Investigação e textos Álvaro Costa de Matos, João Carlos Oliveira, Jorge Mangorrinha, Pedro Teixeira Mesquita e Rita Correia

Grafismo João Rodrigues (Gabinete de Estudos Olisiponenses)

Digitalização e Tratamento de Imagens João Carlos Oliveira

Créditos Fotográficos Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Hemeroteca Municipal de Lisboa

Impressão Lisgráfica

Agradecimentos Anabela Ribeiro, Carla Baptista, Catarina Santos, Ema Favila Vieira, Gabriel Marques, Gisela Miravent, Luís Sá e Silvestre Lacerda

Lisboa, 25 de abril de 2014



25 DE ABRIL OS DIAS DA REVOLUÇÃO NA IMPRENSA PORTUGUESA